

Érica Francisco Alves Lopes

# Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais na Ordem Jurídica Interna Cabo - verdiana

**Universidade Jean Piaget de Cabo Verde**

Campus Universitário da Cidade da Praia  
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande  
Cidade da Praia, Santiago  
Cabo Verde

5.10.12

Érica Francisco Alves Lopes

Recepção dos Tratados / Acordos  
Internacionais na Ordem Jurídica Interna Cabo  
— verdiana

**Universidade Jean Piaget de Cabo Verde**

Campus Universitário da Cidade da Praia  
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande  
Cidade da Praia, Santiago  
Cabo Verde

5.10.12

Érica Francisco Alves Lopes, autora da monografia intitulada Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais na Ordem Jurídica Cabo - Verdiana, declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia aos, 5 de Outubro de 2012

Érica Francisco Alves Lopes

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Direito.

## Sumário

O presente trabalho monográfico que se intitula **“Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais na Ordem Jurídica Cabo - Verdiana”** enquadra-se no âmbito do curso da licenciatura em Direito, realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

O presente trabalho consiste em reconhecer a importância dos tratados para a comunidade internacional assim como para a comunidade nacional, com o compromisso de delinear o processo que contribui para o seu surgimento e sua evolução histórica. O tratado, por ser um instrumento utilizado para firmar acordos entre Estados, requer determinados procedimentos complexos, porém importantes para sua conclusão. Esses acordos geram normas, direitos e obrigações, e podem reflectir ou interferir no ordenamento jurídico dos Estados acordantes. Para melhor entendimento serão abordados vários tópicos relacionados com o tema.

Com o desenvolvimento da sociedade internacional e a intensificação das relações entre as nações, os tratados tornaram-se a principal fonte de direito internacional existente, e actualmente assumem função semelhante às exercidas pelas leis e contratos no direito interno dos Estados, ao regulamentarem as mais variadas relações jurídicas entre países e organizações internacionais, sobre os mais variados campos do conhecimento humano. Os Estados e as organizações internacionais (e outros sujeitos de direito internacional) que celebram um determinado tratado são chamados “Partes Contratantes” (ou simplesmente “Partes”) a este tratado.

As Convenções Internacionais têm por objectivo criar normas jurídicas vinculativas dos sujeitos intervenientes. Por esta mesma razão, é habitual excluir do campo do Direito Internacional os acordos que dão pelo nome de *gentlemen's agreements*. Estes acordos de cavalheiros são concluídos entre representantes governamentais em seu próprio nome, ou seja, sem intenção de vincular os respectivos Estados.

Palavras – Chaves: Soberania, tratados internacionais, convenções / acordos, negociação, assinatura, ratificação, adesão, registo e publicação.

## **Agradecimentos**

Este trabalho tem sido obra de muitos desafios, e percebe-se que realmente é uma grande caminhada, durante a qual se depara com diversas situações. Contudo, há sempre uma força interior, que nos diz que precisamos ser bons e vencedor. E para isso só há uma maneira, contar com a nossa fé, motivação, entusiasmo e com a solidariedade dos nossos semelhantes. Não há ninguém que possa fazer algo nesta vida sem receber a parceria e a colaboração dos outros.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela força e oportunidade que me concedeu de crescer e que me fez acreditar nos meus sonhos, nunca permitindo que eu desista de lutar para que os mesmos se realizem.

Ao meu Orientador, Professor Doutor George Fortes pelas orientações, pelos estímulos, tolerância, demonstrada durante a realização deste trabalho, sempre compreensivo e disponível.

À minha irmã Josiane e ao meu tutor Elias Andrade pela força e entusiasmo.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho ao meu pai Francisco Lopes Tavares Vieira Moreira, à minha mãe Augusta Mendes Alves e Irmãos pelo amor, confiança e incentivo depositadas em mim na conquista dos meus objectivos.

## Conteúdo

Introdução.....	11
1.Contextualização.....	11
2. Relevância do estudo.....	13
3. Pergunta de partida.....	14
4. Objectivos.....	14
4.1 Objectivo geral.....	14
4.2 Objectivos específicos.....	14
5. Metodologia.....	15
6. Referências bibliográficas.....	15
7. Estrutura do trabalho.....	16
Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica.....	17
1.1.1 Definições de conceitos.....	17
1.1.2 Direito das gentes e direito dos tratados.....	21
1.1.3 Distinção e realidades afins.....	22
1.1.4 A natureza jurídica dos tratados.....	23
1.2 Terminologia.....	25
1.2.1 Formalidades dos Tratados.....	27
1.2.2 Classificações.....	28
1.2.3 Condições de validade dos tratados internacionais....	31
1.2.4 Capacidade das Partes Contratantes .....	31
1.2.5 Habilitação dos agentes signatários.....	32
1.3 Objecto lícito e possível .....	33
1.4 Quanto Ao número de partes.....	34
1.5 Quanto à natureza do objecto.....	34

1.6 Quanto ao procedimento.....	34
1.7 As Convenções de Havana e Viena e a regra do Jus Cogens.....	35
1.7.1 As convenções.....	35
1.7.2 A regra do Jus Cogens.....	37
1.7.3 O jus cogens nas convenções sobre Direito dos tratados.....	38
1.7.4 Determinação das regras do jus cogens.....	40
1.8 A teoria do Dualismo e Monismo.....	42
Capítulo 2: O Processo e as Formas de Vinculação.....	45
2.1 A negociação e Assinatura.....	46
2.1.1Negociação bilateral.....	47
2.1.2Negoaciação colectiva.....	48
2.1.3 Especificidade do Processo de Conclusão das Convenções Multilaterais.....	50
2.1.4 A Aprovação e a Ratificação.....	52
2.2Os órgãos internos competentes.....	55
2.3 A violação das regras constitucionais sobre conclusão dos tratados.....	57
2.3.1 As reservas .....	58
2.3.2 O depósito dos tratados.....	63
2.3.3 Promulgação, Registo e publicação .....	63
2.3.4 Efeitos dos tratados perante terceiro .....	65
2.3.5 Execução no Tempo e Espaço.....	67
2.3.6 Interpretação.....	67



2.4 Tratado em vigor: Efeitos sobre as partes.....	68
2.4.1 Entrada em vigor.....	70
2.4.2 Duração.....	72
2.4.3 Ingresso mediante adesão.....	73
2.4.4 Emenda.....	73
2.5 Modificações dos tratados.....	74
2.6. Estrutura do tratado.....	78
2.6.1 Produção do tratado: Representatividade.....	77
2.6.2 Conflito entre tratados.....	78
2.7 Cessação da Vigência dos tratados.....	79
2.8 Validade e invalidez dos tratados.....	85
2.9 Denúncia.....	86
2.9.1 Os tratados e o nosso Direito Constitucional.....	88
Conclusão.....	90
Bibliografia.....	92

## **Siglas e Abreviações**

CVDT: Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados

ONU: Organização das Nações Unidas

OIT: Organizações Internacional do Trabalho

CV: Convenção de Viena

CH: Convenção de Havana

TIJ: Tribunal Internacional de Justiça

OACI: Organização de Aviação Civil Internacional

AIEA: Agência Internacional de Energia Atômica

CNU: Carta às Nações Unidas

OMS: Organização Mundial da Saúde

BO: Boletim Oficial

CDINU: Comissão do Direito Internacional das Nações Unidas

CRCV: Constituição da República de Cabo Verde

## Introdução

---

### 1.Contextualização

O trabalho de estudo da memória monográfica, cujo tema é **“Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais na Ordem Jurídica Interna Cabo - verdiana”** visa analisar como o Direito dos Tratados é parte fundamental do Direito Internacional Público que até início do século XX foi de natureza consuetudinária fundado em princípios gerais, em especial o *pacta sunt servanda* e o da boa fé.

Com a multiplicação dos regimes republicanos e a progressiva constitucionalização das monarquias, o Direito dos Tratados tornou-se mais complexo pela participação de órgãos estatais de representação popular, em seu processo de elaboração. Surgiu a fase interna de consulta ao parlamento como preliminar de ratificação, segundo o direito interno. O Direito dos Tratados passou então, a ser analisado sob dois prismas: o do Direito Internacional Público e o do Direito Constitucional.

A abordagem do tema “Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais no ordenamento jurídico Cabo - verdiano” tem duas vertentes principais: a primeira está em apresentar a importância dos tratados, com a demonstração de como esse instrumento se tornou uma das principais fontes do Direito Internacional e a segunda, na verificação da sua influência no ordenamento jurídico Cabo - Verdiano.

Em relação à primeira vertente, não haverá a preocupação de provar com novos indícios o que é consagrado pelas relações internacionais e pelos doutrinadores. Aqui serão apresentados aspectos como seu surgimento e utilidade, sua evolução, suas fontes e os sujeitos capacitados para firmar os compromissos oriundos desse instituto, entre outros temas correlatos.

Na segunda vertente, não menos importante que a primeira, serão discutidos os efeitos que os tratados podem produzir no ordenamento jurídico Cabo - verdiano. E, analisadas as relações de supremacia do direito internacional e de subordinação do direito interno, verificado se essas relações realmente existem, e se existem, quem são seus defensores e quais os conflitos daí originados.

Bem verdade que as relações exteriores de um Estado têm sempre procedimentos formais e complexos, o que desautoriza o presente estudo arriscar pensamentos levianos e de pouca contribuição. Portanto, serão abordados apenas tópicos necessários que contribuam para melhor entendimento da matéria.

Por fim, observando a citação de Lord Denning, utilizada na epígrafe, em proverbial julgamento na justiça britânica (caso *H. P. Balmer Ltda. versus Bollinger S. A.*, 1974), a força criadora da norma internacional se insere de forma definitiva nos ordenamentos jurídicos nacionais, de modo mais abrangente do que se possa imaginar em princípio.

No curso deste século surgiram, tão logo, cessada a primeira grande guerra, as organizações internacionais, e a codificação do Direito dos Tratados. Os sujeitos do Direito dos Tratados deixaram de ser apenas os Estados soberanos e as regras costumeiras passaram a ser convencionais, escritas e expressas, corporificadas em um tratado.

2. Relevância do estudo.....	13
3. Pergunta de partida.....	14
4. Definição dos objectivos.....	14
5. Metodologia.....	15
6. Referências bibliográficas.....	15
7. Estrutura do trabalho.....	16

### 1. Justificação e relevância de pesquisa

Com o avanço da globalização e das ideologias em interesses económico – financeiros, tendentes à expansão agressiva por novos mercados consumidores, o Direito moderno se vê diante da contingência de se adaptar a esses factores reais de poder, rompendo, por conta desses mesmos factores, não só com respeitáveis institutos jurídicos, mas também impondo uma modificação na interpretação de outros tantos. Além disso, tais agentes meta – jurídicos acabam por criar novos conceitos e figuras jurídicas (tome – se como exemplo, a criação de um Tribunal Europeu para julgamento de alguns espécies de crimes, como é o caso dos crimes de guerra), desempenhando, assim, um verdadeiro papel de força propulsora do Direito.

Foi tendo em conta esta nova moldura das relações mundiais, de maneira expressa, a questão relativa ao ingresso no ordenamento jurídico pátrio dos tratados internacionais em que a República de Cabo Verde seja parte.

Assim, o tema em estudo será Recepção dos Tratados / Acordos Internacionais na Ordem Jurídica Cabo – Verdiana e a sua contextualização no processo de implementação das suas normas internas.

Este trabalho tem por objectivo mostrar a importância e a aplicabilidades dos tratados internacionais no nosso ordenamento jurídico. Nesse contexto, serão analisados desde o conceito de tratado até ao seu surgimento invocando a importância e sua aplicação no ordenamento jurídico interno.

Por determinação constitucional os tratados internacionais, entendidos no seu sentido amplo, entram no ordenamento jurídico cabo – verdiano por um processo de transformação denominado por *implementação, internação, internalização, incorporação ou recepção dos tratados internacionais*. É um tipo de transformação que para que o tratado internacional vire uma norma interna, com todas as características que a norma possui é preciso seguir determinados passos. Isto porque, em Cabo Verde, quando se estudam tratados internacionais, adopta – se um sistema dualista no qual a norma internacional, o tratado internacional *in casu*, não é aplicada directamente, necessitando, por ser dualista, passar por um processo para transforma – lo em norma do ordenamento jurídico interno.

A incorporação dos tratados ao sistema interno cabo – verdiano, equiparando à lei interna, transforma – os em uma lei nacional e extingue o conflito próprio da teoria

monista. A regra vigente de revogação de lei anterior pela lei posterior é princípio assente no sistema jurídico cabo – verdiano é aplicável ao ordenamento como um todo.

De acordo com Jorge Miranda, no Direito Clássico a conclusão dos Tratados não solenes abrangia sempre o mesmo item processual, hoje tal não se verifica, tem de haver necessariamente a negociação mas como já se disse nem sempre ocorre a ratificação e por vezes nem sequer a aprovação.

## 2. Pergunta de Partida

Será que Cabo Verde aplica bem as regras dos tratados / acordos internacionais na sua ordem jurídica interna?

No caso da aplicação positiva, isto é do cumprimento das regras dos tratados / acordos internacionais como são aplicados?

Pode os tratados internacionais produzirem efeitos em relação a terceiros? Quem são os terceiros?

Será vinculativo para o Estado de Cabo Verde um tratados redigido em qualquer língua?

## 3. Definição dos objectivos:

- Objectivo (s) geral (ais):

O objectivo geral deste trabalho tem como intuito o conhecimento geral do Direito Internacional, as doutrinas relativas à recepção dos Tratados Internacionais na Ordem Jurídica Interna.

- Objectivos específicos:

Presente trabalho tem, de entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- Identificar os principais constrangimentos na implementação do tratado internacional na nossa ordem interna;
- Dar a conhecer as políticas e estratégias implementadas pelo qual esse acordo atravessa;
- Acompanhamento no processamento da negociação, aprovação e ratificação dos Tratados;

- Os Órgãos competentes para a sua negociação, assinatura, aprovação e ratificação e;
- Apresentação da data da entrada em vigor dos acordos / tratados internacionais.

#### 4. Metodologia

A metodologia a ser adoptada consistirá na pesquisa documental e bibliográfica, bem como a pesquisa de campo, ou seja, o conhecimento na prática sobre a negociação, assinatura, aprovação, a ratificação e a implementação do Acordo / Tratado na Ordem Jurídica Interna Cabo – Verdiana.

#### 5. Referências bibliográficas

Jorge Miranda, Direito Internacional Público I, Lisboa 1991.

Carta das Nações Unidas, 1945.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948.

Convenção de Havana, de 1928.

Convenção de Viena, de 1969.

Afonso Queiró, Lições de Direito Internacional Público, policopiado, Coimbra, 1960

Jorge Bacelar Gouveia, Direito Internacional Público, Textos Fundamentais, 1ª ed., reimpressão, Coimbra Editora, 2009

Kelsen, Hans "Principles of International Law", Nova York, Rinehart, 1952.

Kelsen, Hans, "La Theorie juridique de la Convention" Arch. Ph (1940), vol. 10.

La Guardia, Ernesto "El Derecho de los Tratados y la Convencion de Viena de 1969", Buenos Aires, 1970.

"Las Normas Internacionales del Trabajo" Genebra, OIT, 1978.

Pacto da Liga das Nações, 1919.

Rangel, Vicente Marotta. "Os Conflitos entre o Direito Interno e os Tratados Internacionais"; BSBDI (1967) vol. 45/46.

Sussekund, Arnaldo "Instituições de Direito do Trabalho", Rio, 11ª ed., 1991, vol. II

Sussekund, Arnaldo, "Direito Internacional do Trabalho". São Paulo, LTr, 1.989 2a. Ed.

Valticos, Nicolas "L'OIT et les Droits de L'homme", in "Revue des droits de l'homme", Paris, 1971, vol. IV.

## 6. Estrutura do trabalho

Para que o trabalho tenha uma sequência lógica, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, encontra-se estruturado em 2 (dois) capítulos, a saber:

Capítulo 1, **Abordagem Teórica e Metodológica**, definiu-se os conceitos e fez-se a fundamentação teórica e abordagem metodológica.

Capítulo 2, **Processo e as Formas de Vinculação dos Tratados em Cabo Verde**, definiu – se os conceitos que fazem parte do processo para a implementação dos tratados internacionais em Cabo Verde.



## **Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica**

---

### **1.1 Definições de conceitos**

Com o propósito de, primeiramente, melhor entender-se a problemática em causa e, em segundo lugar, facultar uma melhor compreensão do trabalho, reconhece-se ser útil apresentar, nesta parte as definições indispensáveis nomeadamente:

Por Tratado ou convenção Internacional entende – se um acordo formal de vontades concluído entre sujeitos de direito internacional constitutivo de direitos e deveres ou de outros efeitos nas relações internacionais de acordo com Jorge Miranda. Segundo ele ainda o tratado pode ser definido por um acordo de vontades, regido pelo Direito Internacional, entre sujeitos de Direito internacional. Ou ainda um acordo de vontades entre sujeitos de Direito internacional, agindo enquanto tais, e de que derivam efeitos jurídico – internacionais.

O conceito envolve, pois:

- Um acordo de vontades;
- A necessidade de as partes serem todas, sujeitos de Direito internacional e de agirem nessa qualidade;
- A regulamentação pelo Direito internacional;
- A produção de efeitos com relevância nas relações internacionais sejam estritos nessas relações, sejam efeitos nas ordens internas das partes.

Um conceito não implica, pelo contrário:

- Que as partes sejam Estados, porque há tratados entre Estados e outros sujeitos de Direito internacional ou mesmo apenas entre sujeitos de Direito internacional que não Estados;
- Que o acordo seja reduzido a escrito, pois, *a priori* nada o impõe e ao longo da história houve tratados não escritos<sup>1</sup>, embora na actualidade o ónus do registo pressuponha a forma escrita;
- Que, sendo escrito o acordo, se reduza a um único instrumento, pois, pode o consenso formar – se através de troca de notas<sup>2</sup>.

A Convenção de Viena de 1969 define tratado como acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou vários instrumentos conexos, seja qual for a sua designação (art.º 2, nº 1, alínea a)). Destacam-se, por sua relevância, os tratados constitutivos de organizações internacionais, os referentes à Diplomacia, ao mar, e à solução pacífica de litígios entre Estados.

Mas logo a seguir esclarece que o facto de se não aplicar nem aos acordos internacionais concluídos entre Estados e outros sujeitos de Direito internacional, nem aos acordos internacionais em forma não escrita não afecta o valor jurídico de tais acordos, nem a aplicação a estes de todas as regras enunciadas na Convenção à qual estariam submetidas independentemente dele, nem a aplicação da Convenção às relações entre Estados regidas por acordos internacionais dos quais sejam igualmente partes outros sujeitos de Direito internacional (art.º 3.º).

O Tratado de Kadesh, um dos primeiros exemplos registados de um tratado internacional, foi celebrado no século XIII A.C. entre Ramsés II do Egipto e Hatusil III, rei dos hititas. Mas foi com o comércio marítimo que se apresentaram as primeiras regras laicas que versavam sobre a protecção do comércio e dos cidadãos. Com elas, percebe-se que vai tomando forma uma outra vertente de interesses comuns. Agora impera a ordem

---

<sup>1</sup> Neste sentido: GUGGENHEIM, op. cit., I, pág. 138 (que refere o caso da Gronelândia Oriental, decidido pelo Tribunal Permanente de Justiça Internacional).

<sup>2</sup> O que não significa, porém, que assim fique concluído o processo: pode ainda ser necessária a aprovação como sucede no Direito português.

económica, propugnando não a conquista de territórios, no sentido restrito, mas o fortalecimento das nações por meio da produção e venda de bens. A derrocada do sistema feudal e a consequente formação de sistemas organizacionais maiores, fizeram surgir a noção de Estado, o que proporcionou aos povos o sentimento de unidade e a necessidade de uma organização menos rudimentar. O povo passa a se organizar em torno de uma autoridade suprema e em processo de consolidação, o Estado.

O tratado internacional, sempre baseado em alguns princípios gerais como o livre consentimento, a boa - fé e o *pacta sunt servanda*, eram regulados desde o princípio da civilização até o século XX pelo costume jurídico, que lhe definia as formas de constituição, alteração, extinção e efeitos. As regras costumeiras foram codificadas naquele século pela Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT). Produto do trabalho da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, a CVDT foi celebrada em 22 de Maio de 1969 e entrou em vigor em 27 de Janeiro de 1980.

Segundo Jorge Miranda, a nomenclatura *tratado internacional* indica uma modalidade de acto jurídico, através do qual se manifesta uma relação de vontade entre Estados independentes dotadas de personalidade jurídica internacional. Esta modalidade traz implícito o carácter de instrumento obrigatório e pode, em caso do não cumprimento, implicar medidas coercivas e sanções internacionais de todo tipo.

Embora a notícia de outros tratados do início da civilização tenha chegado até os dias de hoje, o seu mais antigo registo seguro é o acordo de paz celebrado entre Hatusil III, rei dos hititas, e Ramsés II, Faraó egípcio. Este acordo, que ficou conhecido como tratado de Qadesh, foi celebrado por volta de 1280 a 1272 a.C. e pôs fim à guerra nas terras Assírias.

Até o século XIX a maioria dos tratados eram bilaterais, embora ocasionalmente alguns acordos pudessem envolver mais de um país, e todos davam-se entre Estados. Naquele século, a complexidade crescente da vida moderna e da sociedade internacional exigiu a participação de grande número de países em alguns tratados que versavam sobre importantes temas comuns a todos, como as telecomunicações e os serviços postais internacionais (que levaram à assinatura de tratados que criaram a OIT em 1865 e a UPU em 1874, as duas primeiras organizações internacionais). Outra novidade da época foi a participação dos parlamentos na aprovação dos tratados.

De acordo com Jorge Miranda Organizações Internacionais são instituições criadas por Estados e, eventualmente, por outros sujeitos de Direito internacional (como a Santa Sé) destinadas a desenvolver com permanência e independência, fins a eles comuns. Na sua base encontra – se, pois a institucionalização da vida jurídica internacional, mas, uma vez constituídas, elas entram também a participar como sujeitos activos das relações, dotadas, pelo menos, de *jus tractuum* ou direito de celebrar contrato e até de *jus legationis* ou de receber e enviar representantes diplomáticos, bem como de poderes adequados ao seu estatuto.

As Organizações internacionais distinguem – se das confederações e das associações de Estados de Direito interno, precisamente por esse fenómeno de institucionalização, pela assunção de fins internacionais, ao passo que nas confederações o que importa é a modificação estrutural dos Estados ou da Soberania. As Organizações internacionais são sempre grupos de pessoas colectivas e, quase sempre, só de Estados. Nunca são agrupamentos de indivíduos. O princípio fundamental é o da igualdade dos membros, embora com não raras excepções (as mais importantes das quais são hoje as atinentes aos cinco (5) membros permanentes do Conselho de Segurança).

As organizações internacionais têm uma grande presença no cenário mundial, que tem sua origem na vontade dos Estados, assim, a continuidade de suas actividades está vinculada ao desejo dos integrantes, e tem por finalidade atingir fins que são comuns aos Estados - Membros. Dotadas de personalidade jurídica, as organizações são sujeitos de direitos e obrigações no âmbito internacional, o que antes destas organizações era exclusividade de Estados soberanos.

Partindo do tratado constitutivo da organização, é fácil verificar os objectos que serão colimados por este novo sujeito de direito, além dos instrumentos através dos quais ele irá persegui-lo. Assim sendo, as organizações internacionais actuam em quatro linhas distintas, ou seja:

- ❖ Aproximação de posições entre países membros;
- ❖ Adopção de normas comuns de comportamento dos países membros;
- ❖ Previsão de acção operacional em casos de urgência na solução de crises de âmbito nacional ou internacional, originadas de conflitos internacionais, guerra

civil, catástrofes e pesquisa conjunta em áreas específicas, de interesse dos Estados - partes;

- ❖ Prestação de serviços, sobretudo de cooperação económica aos países membros.

### **1.1.2 Direito das gentes e direito dos tratados**

O jurista Hugo Grócio (1583-1645), teoriza que o Direito Internacional derivava do “direito das gentes”, originado no consentimento e na vontade dos povos. Ele discorreu sobre vários temas e formulou os princípios do Direito Internacional. Outro que influenciou o Direito Internacional foi o filósofo alemão Emanuel Kant (1724-1804). Suas ideias e obras tiveram papel importante por ocasião da fundação da Sociedade das Nações (Tratado de Versalhes, 1919) e da criação da Organização das Nações Unidas, em 1945.

Outros dois factos contribuíram decisivamente para que a vontade do povo tomasse assento nas discussões internacionais, com a declaração de independência dos Estados Unidos da América (1776), que proclamou o direito dos povos de dispor de si mesmos, e a Revolução Francesa (1789), que se fundamentou no livre consentimento do povo. A partir do final do século XIX, essa discussão passa a ter forma mais definida, quando surge um cenário internacional mais propício ao desenvolvimento conceitual e institucional do direito dos tratados, formando um acervo normativo mais amplo. Essa evolução deveu-se à multiplicação dos regimes republicanos e à constitucionalização das monarquias. E com a democratização das nações, as acções jurídicas, tanto internas quanto externas, expressam uma interdependência maior, valorizando sobremaneira o direito internacional.

Historicamente, pode-se afirmar que o continente americano teve uma participação muito importante para regulamentar internacionalmente o Direito dos Tratados, quando por ocasião da Sexta Convenção Internacional Americana, realizada em Havana, 1928, foi celebrada uma Convenção sobre Tratados, contendo 21 artigos. Esta Convenção foi ratificada por oito (8) Estados.

Em 1966, a Organização das Nações Unidas (ONU) submeteu à consideração da Assembleia Geral um “Projecto de Artigos sobre o Direito dos Tratados”. Essa iniciativa deu origem à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, com 85 artigos e 1 anexo. O artigo 1º possibilita, formalmente, a celebração de tratados entre Estados e o

artigo 2º define o tratado como sendo “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional”.

Observa-se nesses dois artigos o reconhecimento do Estado como actor principal diante da possibilidade de celebração de tratados, pois este é tido como sujeito de direito internacional por excelência.

### 1.1.3 Distinções e realidades afins

Dos tratados internacionais distinguem – se:

- Os feixes de actos unilaterais ou actos unilaterais simultaneamente emitidos por diferentes Estados com conteúdo idêntico, de ordinário sob a forma de declaração;
- Os acordos estritamente políticos em si sem produzir efeitos jurídicos, mas a que se sucedem verdadeiros tratados e outros actos;
- Os acordos informais ou **gentlemen's agreements**;
- Os comunicados de reuniões e conferências diplomáticas, anunciando a conclusão de negociações ou a celebração de acordos;
- Os contratos entre Estados e empresas ou outras entidades transnacionais;
- Os contratos entre organizações internacionais e particulares.

No nosso século têm se alcançado crescente importância económica e política nos contratos e entidades privadas<sup>3</sup> transnacionais ou multinacionais (sobretudo grandes empresas que desenvolvem actividades nos territórios dos diversos Estados e que, portanto, estão em contacto com mais de um ordenamento jurídico). Esses contratos versam sobre objecto variável (prestação de serviços, concessão de obras públicas, exploração de recursos petrolíferos ou outros, investimento, fornecimento de bens) e têm sido sujeitos tanto de um regime de Direito interno (do próprio Estado parte ou terceiro) como de um regime de Direito internacional. Neste último caso de maior actualidade suscita – se a dúvida sobre se não deveriam tais contratos ser reconduzidos à categoria dos tratados, o que seria corroborado por alguns iniludíveis eventos, como a prática da representação dos Estados pelos órgãos com competência internacional, certas sentenças arbitrais, a Resolução Sobre Soberania Permanente dos Recursos Naturais (aprovada pela

---

<sup>3</sup> Às vezes também empresas públicas ou sociedades de capitais públicos.

Assembleia Geral das Nações Unidas em 1962) e a criação<sup>4</sup>, em 1965, de um Centro Internacional para a Solução de Conflitos sobre Investimentos.

Não se afigura, no entanto, adequada a qualificação como tratados. Não só essas entidades, por poderosas que sejam, não são sujeitos de Direito internacional como a estrutura dos contratos em causa não se confunde com a dos tratados.

Não basta a eventual aplicação de regras jurídico – internacionais, aliás, dependente da vontade das partes, e não automática para alterar a sua natureza, nem as arbitragens ali previstas se distinguem das arbitragens previstas em Direito interno. E é este o entendimento dominante na jurisprudência e na doutrina.

O que se diz dos contratos entre Estados e entidades transnacionais vale, *mutatis mutandis*, para os contratos entre organizações internacionais e particulares (contratos de provimento, de prestação de serviços, de fornecimento de bens<sup>5</sup>).

#### **1.1.4 A natureza jurídica dos tratados**

No direito internacional há obrigações que podem ser cumpridas directamente pelos Estados e seus órgãos, independentemente da incorporação ao ordenamento interno, seja em função do regime jurídico da qual emanam (como as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas), seja em função da natureza excepcional da obrigação (como os armistícios, os tratados de paz ou a adesão a uma organização internacional). Estas são chamadas de obrigações de resultado, que se executam de forma directa pelo próprio Estado.

Na outra vertente, há obrigações cujo cumprimento depende de uma série de condições legais: da ratificação do tratado e da sua entrada em vigor, da sanção (além da ratificação), da incorporação do texto do tratado ao direito interno, como no caso das resoluções do Grupo Mercado Comum no Mercosul, da criação de normas acessórias que permitam seja a obrigação cumprida em conformidade com processualística própria de cada Estado, especialmente de suas instituições. Estas são obrigações de meio, que se executam de forma indirecta.

---

<sup>4</sup> Pela Convenção do Banco Mundial sobre a Solução dos Conflitos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais doutros Estados.

<sup>5</sup> Cfr. DOMINIQUE CARREAU, op. Cit., págs. 174 e segs.

Tanto as obrigações executáveis de forma directa quanto de forma indirecta comportam uma segunda análise sobre o conteúdo de seus dispositivos, mais precisamente sobre sua natureza jurídica relativa à eficácia.

Ao se incorporar ao direito interno, um tratado, via de regra, ganha *status* de lei ordinária, devendo sua natureza jurídica e, por conseguinte, seu alcance, efectividade e exequibilidade serem analisados sob o processo hierarquizado da Constituição Cabo - verdiana. Neste contexto, uma norma, seja ela constitucional ou infra - constitucional, pode ter natureza "programática" ou natureza "auto - executável". Isso também ocorre com os tratados, com reflexos no plano de direito interno quando a ele incorporados.

No plano internacional, as obrigações de resultado (execução directa) e as obrigações de meio (execução indirecta) também podem ser vistas, respectivamente, como derivadas de normas auto - executáveis ou de normas programáticas, usando uma nomenclatura conhecida de nossa doutrina de Constitucionalista. Já a doutrina internacionalista denomina uma obrigação decorrente de dispositivo programático de *jus dispositivum*; a obrigação decorrente de dispositivo auto - executável, de *jus cogens*.

Assim, a identificação da natureza programática ou auto - executável de um tratado parte, como as normas no plano de direito interno, da interpretação de seus dispositivos.

Usando de métodos interpretativos, pode - se identificar claramente se um tratado cuida de princípios, directrizes, enfim de regras programáticas, dispositivas (*jus dispositivum*), ou se cuida de obrigações auto-executáveis, a exemplo das chamadas "normas imperativas de direito internacional geral" (*jus cogens*).

A prevalência de uma e outra qualidade de norma, auto-executável ou programática, determina a natureza do tratado que as encerra, ainda que não se possa dizer haver tratados puros, ou seja, que tenham apenas normas de uma ou outra natureza, mas tratados mistos.

Essa distinção entre normas auto - executáveis e programáticas não torna, ressalte-se, uma norma menos obrigatória que outra sob o ponto de vista das obrigações assumidas pelo Estado no tratado, mas influencia sobremaneira sua interpretação e, por conseguinte, sua forma de execução (eficácia), pois a medida da responsabilidade é dada pela interpretação de suas disposições.



Assim, para se interpretar um tratado, para se medir a eficácia que buscam os Estados - Partes com sua conclusão, deve - se antes se indagar o que determina o nascimento de uma norma de auto-executável em detrimento de uma norma programática, e vice - versa.

A determinação do conteúdo de um tratado é uma escolha essencialmente política à qual se confere uma moldura jurídica. Neste exercício político é considerado o cenário no qual se desenvolvem as negociações e o processo escolhido para aprovação do texto final, normalmente pautado pela fórmula do consenso (sem voto).

É evidente, por exemplo, que nos foros multilaterais é muito mais difícil o consenso sobre um texto que nos foros bilaterais, o que exige a adopção de uma técnica de redacção com termos mais amplos e suficientemente abrangentes para acomodar todos os interesses e, principalmente, para viabilizar o cumprimento do tratado em cada Estado - Parte, consideradas todas as distinções, facilidades e entraves sistémicos internos reconhecidamente existentes em cada um deles.

É exactamente isso que ocorre com a Convenção da Haia de 1980, ratificada por 75 Estados, sua redacção revela tratar-se de um texto de natureza programática, com termos mais amplos voltados a obrigações de meio, como se verá de forma mais detida adiante.

## 1.2 Terminologia

Diversas são as denominações conferidas aos tratados. Actualmente, porém, a expressão *Carta*, amplamente utilizada pela Organização das Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos, designa o tipo de tratado hierarquicamente mais importante. Podemos encontrar, contudo, a expressão *Estatuto*, terminologia empregada na Corte Internacional de Justiça, e *Convenção*, geralmente empregada para indicar os tratados multilaterais tais como os de codificação assinados em Viena.

A prática internacional regista o uso livre dos diversos sinónimos da palavra “tratado” – convenção, acordo, protocolo etc. A rigor, do ponto de vista jurídico, tais nomes importam pouco e não são aplicados de maneira coerente. Existe, porém, em alguns casos, o hábito, nem sempre seguido, de se atribuir a certos tratados nomes específicos, como por exemplo:

- Convenção: costuma ser multilateral (dela participa uma número considerável de países) e dispor acerca das grandes províncias ou dos grandes temas do direito internacional, como a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) ou as Convenções de Genebra (1864 - 1949).
- Acordo: usualmente bilateral ou plurilateral, pode ser também multilateral; é um termo genérico para tratado; v.g. Acordo de Camp David.
- Protocolo (adicional): costuma ser um tratado acessório a, ou resultante de, um tratado principal, isto é, tratado complementar ou modificativo de outro sobre matérias políticas, como o Protocolo de Quioto.
- Memorando de entendimento: às vezes (mas nem sempre) designa tratados sobre temas técnicos ou específicos, como o Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas entre Brasil e Colômbia (2005).
- Concordata: é o tratado celebrado entre um Estado e a Santa Sé acerca da situação da igreja perante este, como a Concordata entre a Santa Sé e Portugal em 1940,
- Tratado: costuma dar nome a actos especialmente solenes, como o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, também conhecido como Tratado de Assunção (1991).
- Carta<sup>6</sup>, estatuto ou constituição: costuma designar tratados constitutivos de organizações internacionais, como a constituição da OIT ou a Carta da ONU;
- Pacto: tratado de aliança militar, (v. g. Pacto do Atlântico Norte ou Pacto de Varsóvia), mas igualmente tratado político de grande importância (v. g. Pacto de Sociedade das Nações ou Pactos de Direitos Económicos, Sociais e Culturais e de Direitos Cíveis e Políticos);
- Acta Geral ou Final: tratado conclusivo de uma conferência ou congresso internacional de Estados<sup>7</sup>;
- Convenção técnica: tratado sobre matérias especializadas de carácter técnico, em regra complementar de outro;
- *Modus vivendi*: acordo temporário ou provisório;
- Compromisso: acordo tendente à solução arbitral de conflitos.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Mas, por vezes, também se adopta o termo Carta para outros instrumentos internacionais sem natureza de tratado (v.g., a Carta do Atlântico de 1941 ou a Carta de Direitos e Deveres dos Estados).

<sup>7</sup> Às vezes, porém, a Acta Geral de uma conferência não chega a ter natureza de verdadeiro e próprio tratado (v.g., Acta Final de Helsínquia, de 1975).

A proliferação de sinónimos pode causar certa confusão quanto à natureza jurídica do texto. Por exemplo, diante de um texto denominado “memorando de entendimento” celebrado entre dois Estados, o analista pode indagar se se trata de um tratado ou apenas de uma declaração de boa - vontade. Será um tratado se estipular direitos e obrigações e se estiver claro que as Partes o celebraram com o intuito de vincular-se (obrigatoriamente) às suas disposições.

### **1.2.1 Formalidades dos Tratados**

Sendo um acordo formal, o tratado é firmado em determinado momento histórico, e sua substância tem contornos precisos, diferenciando-se do costume. Embora ambos resultem de acordo entre sujeitos de Direito das Gentes, com escopo de produzirem efeitos jurídicos, apenas os tratados se caracterizam por sua celebração convencional.

A forma escrita é essencial ao tratado internacional pois se materializa em documento, segundo o modelo da Convenção de Havana, de 1928 e de Viena de 1969. O sistema de registo e publicidade imposto pela Sociedade das Nações e seguido pelas Nações Unidas, exige a forma documental.

Estipula a Convenção da Havana, sobre tratados em seu art. 2º: "É condição essencial nos tratados a forma escrita. A confirmação, prorrogação, renovação ou recondução serão igualmente feitas por escrito, salvo estipulação em contrário". Repete a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, em seu art. 2º, I, a "tratado significa um acordo internacional celebrado por escrito..."

### **1.2.2 Classificações**

Sua classificação pode ser feita por critérios múltiplos, com o fim de melhor conhecimento científico de sua génese, de sua vigência ou de sua extinção. Podem ser classificados os tratados sob o aspecto formal: número de partes e procedimento; e sob o aspecto material: natureza das normas, sua execução no tempo e sua execução no espaço.

Conforme resulta do que dissemos, a primeira grande contraposição lógica é tradicionalmente feita traço de tratados é entre tratados normativos ou tratados – leis e

---

<sup>8</sup> Por vezes ainda outras designações são adoptadas: por exemplo, o tratado entre Portugal e a China sobre Macau, de 1987, recebeu o nome de Declaração Conjunta.

tratados não normativos ou tratados – contrato. No primeiro caso, estabelecem – se comandos de carácter geral e abstracto ou geral e concreto ou as partes submetem – se a comandos pré – existentes, concretizando – os nas suas relações. No segundo caso, estipulam – se prestações recíprocas e os tratados esgotam – se com a sua realização. Esta distinção, com a profunda complexidade que sofreram as convenções internacionais, torna – se cada vez mais fluida e acaba apenas quase por ter utilidade para efeitos de interpretação.

Uma segunda classificação tem a ver com o número de partes dos tratados e, por essa via, com a sua estrutura interna. Há tratados bilaterais, ou só com duas partes em que se – mostra a reciprocidade dos interesses, existem também tratados multilaterais, ou com uma pluralidade de partes, em que avultam interesses comuns. E estes ainda podem ser restritos ou gerais. Nos tratados multilaterais gerais (ou colectivos) há uma tendencial coincidência com a totalidade dos Estados com acesso à comunidade internacional, porque são tratados entre Estados, embora as vezes abertos à outros sujeitos, e é neles que se manifesta mais o carácter normativo. Uma terceira classificação distingue tratado solene e tratado não solene, e prende – se com um critério formal e alguns resquícios de critério material. Formalmente, as convenções solenes distinguem – se das convenções simplificadas pela exigência, apenas nas convenções solenes, dos actos de ratificação. Em relação às outras, o processo termina aquando da aprovação ou, nalguns casos, aquando da assinatura (ou acto equivalente<sup>9</sup>).

Dentro das convenções simplificadas, pode – se ainda distinguir entre acordos em forma simplificada e acordos em forma ultra – simplificada. Estes últimos caracterizam – se por a vinculação ocorrer, não aquando da ratificação, ou da aprovação, mas aquando da assinatura ou acto equivalente (por parte do Ministro das Relações Exteriores ou do Chefe de Missão Diplomática), e assim neles dispensam – se quer a ratificação (como acontece nos acordos em forma simplifica), quer a própria aprovação. À maior ou menor formalidade ou solenidade dos tratados deveria corresponder uma maior ou menor importância das matérias.

Outra classificação de tratados dá – se entre tratados abertos e tratados fechados. Os primeiros admitem e os segundos não, a assinatura, a ratificação ou adesão de sujeitos que não participaram no seu momento inicial de celebração, na negociação ou na assinatura.

---

<sup>9</sup> Cfr. JOÃO GRANDINO ROSAS, op. Cit., loc. Cit., págs. 255 e segs.

Por definição, os tratados multilaterais gerais são (ou devem ser) tratados abertos, os tratados de delimitação de fronteiras, as concordatas e os acordos entre as Nações Unidas e as Organizações especializadas são tratados fechados.

Ainda mais quatro (4) classificações:

- Tratados exequíveis por si mesmos e tratados não exequíveis, consoante obtêm plena efectividade só por si ou sem prejuízo da sua vigência na ordem interna, carecem, à semelhança das normas constitucionais programáticas de outro tratado ou de lei de complementação (v. g. tratados sobre direitos económicos e sociais);
- Tratados perpétuos e tratados temporários, consoante de duração indefinida ou de duração sujeita a termo final (v. g. Tratado do Atlântico Norte, de 1949);
- Tratados principais e tratados acessórios, sendo estes tratados subsequentes aos primeiros, deles dependentes e destinados a conferir – lhes concretização (v. g. acordos ou convenções técnicas ou administrativas, tratados de adesão e organizações internacionais) e, de certa maneira, tratados multilaterais na parte objecto de reservas entre Estado que formula a reserva e Estado que a aceita;
- Tratados públicos e tratados secretos, conforme o conhecimento do seu conteúdo seja revelado ou tornado possível ou fique reservado aquém interveio na sua conclusão.

A regulamentação das formas de vinculação internacional do Estado tem carácter misto, consta tanto de normas de Direito internacional como de normas de Direito interna. Em princípio, dada a posição jurídico – internacional dos tratados, deveriam ser normas internacionais a disciplinar o processo de conclusão de tratados, incluindo a definição dos órgãos estatais com competência para nele intervir. Todavia, afora algumas regras da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados e o residual *Jus raepresentationis onnimodae* dos Chefes de Estados, é principalmente ao direito interno que cabe tal tarefa (quer se entenda que se verifica aí uma devolução ou delegação, quer se entenda que ele a assume por direito próprio ou originariamente). Não custa reconhecer as razões dessa repartição:

- A deficiência, apesar de tudo, estruturação ou institucionalização (pelo menos, por enquanto) da comunidade internacional e do seu direito;
- Se os tratados em si têm por objectivo relações jurídico – internacionais, o seu processo de conclusão releva igualmente do direito interno, por ser uma das manifestações do exercício da função política do Estado;

- A liberdade de organização dos Estados para esse efeito, consequência da sua soberania, é traduzida numa grande variedade de soluções correspondentes aos respectivos regimes e sistemas de governo.

Fausto de Quadros e André Gonçalves Pereira fazem a distinção entre tratados normativos/ tratados - leis e tratados não normativos / tratados contractos. Segundo eles, no primeiro caso estabelecem – se comandos de carácter geral e abstracto ou geral e concreto ou as partes submetem – se a comandos preexistentes, concretizando – os nas suas relações. Enquanto que no segundo caso, estipulam – se prestações recíprocas e os tratados esgotam – se com a sua realização.

A doutrina critica essa distinção classificatória, aduzindo que tanto no tratado chamado contratual quanto no normativo, a vontade convencional das partes tem sempre um mesmíssimo objecto, constituído pela integralidade do teor do tratado. Aponta como pleonástica a expressão tratados normativos, pois todos o são, do mais transcendentais pactos universais às avenças de comércio que os Estados concluem aos pares.

Jorge Miranda apoia a divisão dos tratados em normativos e tratados - contratos. Tratados normativos têm por fim fixar normas de direito internacional e podem ser comparados às leis. Enquanto que os tratados contratos destinam-se a regular interesses recíprocos de Estados e resultam em concessões mútuas ou antes de uma troca de vontades.

Apesar da crítica de Kelsen a essa classificação de tratados normativos e tratados contratos a divisão tem ampla aceitação entre os estudiosos do Direito Internacional Público.

### **1.2.3 São condições de validade dos tratados internacionais:**

- Capacidade das Partes Contratantes;
- Regularidade do consentimento;
- Habilitação dos agentes signatários;
- Consentimento mútuo;
- Formalidade e;
- Objecto lícito e possível.

#### **1.2.4 Capacidade das partes contratantes**

Somente aos sujeitos activos de direito internacional se reconhece o chamado direito convencional (ou *treaty-making power*, em inglês). Em outras palavras, como regra geral, apenas os Estados, as organizações internacionais, a Santa Sé e os beligerantes e insurgentes podem celebrar tratados. As organizações internacionais podem celebrar tratados, desde que o seu acto constitutivo o autorize. A Santa Sé, embora não seja um Estado nacional na definição clássica, exerce, tradicionalmente, o direito convencional. Alguns juristas entendem que os beligerantes e os insurgentes só podem concluir tratados sobre o conflito em que estejam envolvidos.

A sanção da incapacidade internacional é a nulidade da Convenção.

##### **❖ Regularidade do consentimento**

###### *1. Irregularidades formais*

Estas irregularidades dizem respeito à competência e ao processo para a conclusão das Convenções.

###### *2. Irregularidades substanciais:*

###### ***I. Erro***

Art.º 48º da CV. Tanto se pode tratar de um Erro de facto como de direito. O Erro pode ser determinante e desculpável. O Erro de redacção da Convenção não afecta a sua validade, dando apenas lugar à sua rectificação, segundo o art.º 79º da CV.

Não se faz, no art.º 48º CV, qualquer distinção entre Erro Bilateral e Erro Unilateral.

Também o Erro provoca uma nulidade relativa, só podendo o vício ser invocado pela parte que dele é vítima.

###### ***II. Dolo***

O Dolo encontra-se muito próximo do Erro. Simplesmente, no Dolo, há artimanhas da contra - parte, que induzem a vítima em erro. Sucede, por isso, que também só a vítima o

pode arguir (nulidade relativa), ou pode sanar o vício, expressa ou tacitamente, art.º 49º da CV.

### ***III. Corrupção do representante de um Estado***

A Corrupção produz a nulidade do Tratado. Para que tal vício possa ser imputado a um Estado, basta que o acto que lhe dá origem emane de uma pessoa que age por conta desse Estado ou sob seu controlo, art.º 50º da CV.

### ***IV. Coacção exercida sobre o representante de um Estado e coacção exercida sobre um Estado pela ameaça ou pelo emprego da força***

São casos de nulidade absoluta regulados pelos art.º 51º e 52º da CV.

#### **1.2.5 Habilitação dos agentes signatários**

Os sujeitos de direito internacional concedem uma autorização formal para que seus agentes negociem e concluam um tratado, chamada "plenos poderes". Os agentes signatários também são chamados de "plenipotenciários". Os actos relativos ao tratado, tomados por pessoa sem plenos poderes, não têm efeito legal, a não ser que o respectivo Estado os confirme.

A "carta de plenos poderes" é o instrumento que contém esta autorização e deve ser trocada pelos agentes signatários, no caso de um tratado bilateral, ou depositada junto a um Estado ou organização internacional ("depositário"), no caso de tratado multilateral.

Os Chefes de Estado e de Governo e o Ministro da Relação Exterior estão dispensados da apresentação dos plenos poderes. Considera-se que os chefes de missão diplomática dispõem de plenos poderes para os tratados negociados e concluídos com o Estado junto ao qual estão acreditados. O mesmo se aplica aos chefes de delegações acreditados a uma conferência internacional, para os tratados originados naquela conferência.

Carta que estabeleceu a União de Kalmar, a qual unificou os três reinos da Dinamarca, Noruega e Suécia, em 1917.



A convergência das vontades das Partes é essencial à existência do tratado (da mesma forma que para um contrato em direito civil ou comercial). A vontade das Partes deve ser expressa de maneira formal, motivo pelo qual é obrigatória a forma escrita.

Também essenciais à conformação do tratado são os efeitos jurídicos que as Partes desejam produzir com a sua celebração. O tratado só é tratado se gerar direitos e obrigações para as Partes Contratantes, no que os juristas chamam de *animus contrahendi*, a vontade de obrigar-se ou de vincular-se.

Evidentemente, a vontade das Partes deve estar livre de qualquer vício, como o erro, o dolo e a coacção. Qualquer destes vícios pode ser invocado como causa de nulidade de um tratado.

A CVDT só reconhece o erro de facto, como passível de anular um tratado.

O dolo, ocorrido quando um Estado é levado a concluir um tratado mediante fraude, engano, pode ser alegado para invalidar o tratado.

É nulo o tratado obtido por coacção (pela força ou ameaça de uso da força) do representante do Estado ou do próprio Estado.

### **1.3 Objecto lícito e possível**

Como qualquer outro acto jurídico, o objecto do tratado deve ser lícito e possível, sem o que o tratado é considerado nulo.

Com relação à licitude do objecto, considera-se nulo o tratado cujo objecto conflitue com uma regra imperativa de direito internacional geral, isto é, “uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza”. São poucas as regras imperativas dessa natureza, mas costuma-se citar como exemplo a Carta das Nações Unidas (1945).

Um exemplo de tratado bilateral, o Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494 entre Portugal e Espanha, dividiu o mundo entre os dois signatários.

Há diversos sistemas de classificação dos tratados, em geral matéria mais útil ao ensino jurídico do que à prática. Uma classificação possível é oferecida a seguir:

#### **1.4 Quanto ao número de partes**

Os tratados podem ser bilaterais (duas Partes) ou multilaterais (mais de duas Partes). Jorge Miranda distingue, ainda, os tratados plurilaterais (mais de duas Partes), reservando o termo “multilateral” ao tratado com grande número de Partes.

#### **1.5 Quanto à natureza do objecto**

A doutrina ainda classifica os tratados em normativos e contratuais, segundo produzam norma de conduta para as Partes (tratado - lei) ou apenas resultem num negócio jurídico (tratados - contrato).

#### **1.6 Quanto ao procedimento**

Fausto de Quadros e André Gonçalves Pereira distinguem os tratados em sentido restrito dos acordos em forma simplificados. Aqueles apresentam mais de uma fase entre a assinatura e a ratificação, estes têm apenas uma fase – a assinatura já torna o tratado obrigatório.

O acordo em forma simplificado não se confunde, necessariamente, com o chamado acordo executivo. Este último existe em certos países cujas ordens constitucionais outorgam ao Poder Executivo a autorização para celebrar e vincular-se a tratados sobre determinados assuntos sem necessidade de consulta ao Legislativo. Um mesmo tratado pode ser considerado por uma das Partes como um acordo executivo (v.g. sem necessidade de submetê-lo ao Legislativo daquele país) e pela outra como um acordo *stricto sensu* (sua ordem constitucional exige a apreciação legislativa prévia à ratificação).

Um tratado em forma simplificada pode não ser acordo executivo, por hipótese, certo país obtém a aprovação legislativa e, depois, procede à assinatura do tratado, declarando - a vinculante para si próprio. Há, ali, apenas uma fase entre a assinatura e a vinculação jurídica, razão pela qual o tratado é de forma simplificada, mesmo que tenha ocorrido a apreciação legislativa.

## **1.7 As Convenções de Havana e Viena Sobre Tratados e a regra do Jus Cogens**

### **1.7.1 As Convenções**

Celebrou-se em Havana, em 1928, uma Convenção sobre tratados que se encontra em vigor.

A Comissão do Direito Internacional das Nações Unidas organizou em Viena, nos anos de 1968 e 1969 conferência diplomática, com o escopo de firmar-se uma convenção de âmbito universal sobre o Direito dos Tratados, surgindo, então a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que teve vigência apenas a partir de 27 de Janeiro de 1980, quando, nos termos de seu art.º 84º, completou-se o quórum de trinta e cinco Estados partes.

Assim, ultimado seu texto em 23 de Maio de 1969, apesar de ter contado com 110 Estados em sua negociação, foi firmada por somente 32, retardando-se, por onze anos, sua entrada em vigor, para nortear todos os tratados internacionais.

A Convenção de Viena em seu art.º 5º a respeito de sua aplicabilidade aos contratos internacionais: "*A presente convenção se aplicará a todo tratado que sendo um instrumento constitutivo de uma organização internacional e a todo tratado adoptado no âmbito em uma organização internacional sem prejuízo de qualquer norma pertinente da organização*".

Dentre os princípios de Direito internacional geral ou comum, avultam aqueles a que a doutrina tem chamado princípios de *Jus cogens* (à letra Direito cogente, imperativo, vinculativo). A expressão não se afigura inteiramente correcta, porque sem embargo da existência de normas supletivas as regras jurídicas se apresentam, em geral, com essas características. O que se pretende inculcar é que são princípios que não estão na disponibilidade da vontade ou do acordo de vontades dos sujeitos de Direito internacional, que desempenham uma função eminente no conforto de todos os outros princípios e preceitos e que têm uma força jurídica própria, com os inerentes efeitos na subsistência de norma e actos contrários. Seria talvez possível divisar antes do século XX alguns princípios que hoje diriam de *Jus cogens*. Todavia, no Direito internacional clássico, todo relacional e despido de estruturas decisórias institucionalizadas, eles não conseguiram alcançar projecção prática e quedar – se – iam na consideração doutrinal.

Os grandes passos conducentes ao reconhecimento e à afirmação da relevância do *Jus cogens* viriam apenas a ser dados nos últimos cinquenta anos e viriam a ser:

- ★ A Carta das Nações Unidas, ao estabelecer que a Organização “fará que os Estados que não são membros ajam de acordo com os princípios da Carta em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacional (art.º 2, nº6) e ao estatuir que “ em caso de conflito entre obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da Carta e as obrigações decorrentes de qualquer outra convenção internacional prevalecerão as primeiras” (art.º 103, nº1);
- ★ O acórdão do Tribunal de Nuremberga, declarando nulo o convénio entre o Governo Alemão e o Governo Francês de Vichy pelo qual os prisioneiros de guerra franceses eram obrigados a trabalhar em fábricas de armamento alemãs (caso Krupp);
- ★ As Convenções de Genebra, revista em 1949, prescrevendo que a sua eventual denúncia não teria eficácia sobre as obrigações a que as partes num conflito estariam adstritas em virtude dos princípios de Direito das Gentes tal como resultam dos “usos entre nações civilizadas, leis da humanidade e exigências da consciência pública” (artigos. 62º, 63º, 142º e 158º respectivamente);
- ★ Vários pareceres e acórdãos do Tribunal Internacional de Justiça desde 1951, designadamente nos casos das reservas à Convenção sobre Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1951), de Barcelona Traction (1970) e das Actividades Militares e Paramilitares na Nicarágua (1986);
- ★ Sobretudo, as Convenções de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados, de 1969, e sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais, de 1986.

### 1.7.2 A regra do *Jus Cogens*

O desenvolvimento recente do *Jus cogens* tem como pano de fundo três factores ou movimentos distintos, de tendências nem sempre coincidentes:

- O revivescer do Direito natural após o cataclismos e holocaustos provocados pelos regimes totalitários e pela segunda guerra mundial;
- A descolonização, com o aparecimento de numerosos Estados novos empenhados em rever ou refazer a ordem internacional;

- E o impulso dado pela ciência internacionalista em busca de novos caminhos de progresso.

Larga parte da doutrina tem encarado, contudo, o *jus cogens* com cepticismo e salientadas as dificuldades da sua definição e da sua concretização. Como são estabelecidas essas regras? Nenhuma organização internacional goza, na hora actual, de poder para tal, o costume internacional não poderia aplicar-se a um Estado que se opusesse à sua formação quando aos mecanismos convencionais, eles seriam os menos indicados em consequência da regra absoluta segundo a qual os tratados não produzem efeitos em relação a terceiros. Contudo, desenha-se uma espécie de representação mental tendente a ver a comunidade internacional como vagamente personificada, com um instrumento novo chamado, “consenso”. Por outro lado subsistem problemas delicados, mormente no que toca ao grau hierárquico da Convenção de Viena e das normas imperativas (quais são os artigos da Convenção que constituem eles próprios normas imperativas?) em face Carta das Nações Unidas.

A teoria do *jus cogens*, tal como aplicada pela Convenção de Viena sobre o Direito dos tratados, é francamente hostil à ideia do consentimento como base necessária do Direito internacional. Ali se pretende que, tal qual no domínio centralizado e hierarquizado de uma ordem jurídica interna, regras imperativas – geradas pelo voto maioritário das assembleias ou noutro foro, o que pouca diferença faz – frustrem a liberdade convencional dos países não aquiescentes, numa época em que o esquema de poder reinante desaconselha o Estado, cioso da sua individualidade e dos seus interesses, de arriscar parte expressiva dos atributos de soberania num jogo em que as regras ainda se encontram em processo de formação.

O *jus cogens* pressupõe hierarquia de normas. No entanto, numa sociedade privada de aparelho legislativo como é a sociedade internacional, torna-se muito difícil determinar que normas entram na categoria de normas cogentes. Aliás, é tautológico dizer que norma cogente é a que não admite derrogação (o que equivale a dizer que são imperativas as normas dotadas de carácter imperativo). As regras de *jus cogens* são regras de natureza constitucional inerentes a qualquer sistema jurídico? Trata-se de uma simples transposição do conceito de ordem pública, bem conhecido no Direito interno, mas aqui ligado à existência de uma legalidade? Ou ainda, trata-se da materialização do Direito natural, ou da consagração de um princípio de justiça nas relações internacionais?

### 1.7.3 O *jus cogens* nas Convenções sobre Direito dos tratados

As duas Convenções de Viena sobre Direito dos tratados são os dois grandes textos consagradores, em termos paralelos, do *jus cogens*. Uma e outra ocupam – se dele nos artigos 53º (nulidade de tratado incompatível, no momento da sua conclusão, com norma imperativa de Direito internacional), 64º (nulidade por superveniência de norma imperativa), 71º (consequência), 66º, alínea a) (solução de conflitos relativos à interpretação ou à implicação dos artigos 53º e 64º), 44º, nº5 (não divisibilidade, para efeitos de denúncia ou suspensão, de tratado contrário a *Jus cogens*), 60º, nº5 (não há sensação da vigência das cláusulas relativas à protecção da vida humana contidas em tratado de natureza humanitária, por causa da violação do tratado por uma das partes).

Os preceitos básicos são os artigos 53º, 64º e 71º:

- ✚ É nulo, todo o tratado que, no momento da sua conclusão é incompatível com uma norma imperativa de Direito internacional geral (art.º53, 1ª parte);
- ✚ Uma norma imperativa de Direito internacional é a que seja aceite e reconhecida pela comunidade internacional no seu conjunto como norma à qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de Direito internacional geral com a mesma natureza (art.º 53, 2ª parte)
- ✚ Se sobreviver uma norma imperativa de Direito internacional geral, todo o tratado existente que for incompatível com esta norma torna – se – á nulo (art.º 64º);
- ✚ Quando um tratado for nulo, as partes serão obrigadas:
  - A eliminar, na medida do possível, as consequências de todo o acto praticado com base numa disposição que seja incompatível com a norma imperativa de Direito internacional geral;
  - A tornar as suas relações mútuas conformes com essa norma (art.º, nº1).
- ✚ Se um tratado se tornar nulo, a cessação da sua vigência:
  - a) Libertará as partes, da obrigação de continuar a executar o tratado;
  - b) Não afectará nenhum direito, nenhuma obrigação, nem nenhuma situação jurídica das partes criadas pela execução do tratado antes de ele se extinguir, mas este direito, obrigação ou situação não se manterá no futuro, salvo na medida em que a

sua eliminação não for em si mesma incompatível com a nova norma imperativa de Direito internacional geral (art.º, nº2).

Tendo em conta esses preceitos, não custa identificar os seguintes traços específicos de Jus cogens:

- a) O Jus cogens faz parte do Direito internacional geral;
- b) O Jus cogens pressupõe aceitação e reconhecimento;
- c) O Jus cogens tem de ser aceite e reconhecido pela comunidade internacional no seu conjunto, o que significa que tem de ser universal, não pode haver o Jus cogens regional;
- d) O Jus cogens possui força jurídica superior a qualquer outro princípio ou preceito de Direito internacional;
- e) A violação do Jus cogens envolve invalidade de norma contrária, e não simplesmente responsabilidade internacional;
- f) O Jus cogens é evolutivo e susceptível de transformação e de enriquecimento pelo aditamento de novas normas;
- g) Uma norma em vigor de Jus cogens pode ser modificada por uma norma superveniente da mesma natureza.

O Jus cogens não se assimila do Direito natural internacional (para quem o admita). O Direito natural internacional pode ser mais amplo do que o Jus cogens, visto que os artigos 53º e 64º das duas Convenções de Viena requerem a aceitação e o reconhecimento pela comunidade internacional, e pode haver, portanto, Direito natural não positivado. Em contrapartida, não é de excluir à partida regras de Jus cogens ligadas tão só a formas organizatórias não impostas por imperativos éticos como os que fluem do Direito natural (e são essas regras, porventura, as mais sensíveis à variabilidade).

#### **1.7.4 Determinação das regras de Jus cogens**

Apesar das fórmulas ousadas, nenhum preceito da Convenção de Viena de 1969 especifica o modo como se revela ou determina o Jus cogens, nem encerra o elenco das suas regras. Mas parece possível, com base na própria Convenção, noutros textos internacionais e na própria construção jurídica, aventar linhas de orientação. No tocante à revelação do Jus cogens o exigir – se que sejam regras aceites e reconhecidas pela

comunidade internacional no seu conjunto implica que se deva ter em linha de conta essencialmente as fontes mais próximas dessa dimensão universal ou quase universal.

São elas:

- O costume internacional geral;
- Os tratados multilaterais gerais, com relevo para a Carta das Nações Unidas e para as próprias Convenções de 1969 e 1986 e;
- As resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Não é que, insista – se, se afaste, de todo em todo, o Jus cogens do Direito natural, o que tem de ser é Direito natural positivado através destas manifestações de vontade jurídico – internacionais. Quanto às regras em si mesma, desde logo o preâmbulo faz referência a princípios de Direito internacional que não oferecem dúvidas sobre o seu alcance. Diz – se aí que os princípios do livre consentimento e da boa-fé e a regra *pacta sunt servanda* “são universalmente reconhecidas”, e proclamam – se, outrossim, os princípios da cooperação pacífica entre Estado sejam quais forem os regimes constitucionais e sociais, da solução pacífica dos conflitos, da igualdade e do direito dos povos de disporem de si próprios, da igualdade soberana e da independência dos Estados, da não ingerência nos assuntos internos, da proibição da ameaça e do emprego da força e do respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Além disso o artigo 52º estatui que é nulo todo tratado cuja conclusão tenha sido obtida pela ameaça ou pelo emprego da força em violação dos princípios do Direito internacional contidos na Carta das Nações Unidas.

Estes princípios vêm enunciados no artigo 2º da Carta e coincidem com os constantes do preâmbulo da Convenção de Viena, igualdade soberana dos Estados, boa-fé, solução pacífica dos conflitos, proibição da ameaça e do uso da força, respeito da independência e da integridade territorial dos Estados. Antes, no preâmbulo, a Carta reafirmava a “fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas.

Por seu turno, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada por resolução da Assembleia Geral enfatiza a igual dignidade de todos os seres humanos, acrescentando no



seu artigo 1º que “dotados de razão e consciência, devem agir para com os outros em espírito de fraternidade”. Em face do exposto e à luz de outros textos, da doutrina e da jurisprudência, propomos o seguinte quadro de princípios de Jus cogens:

a) Princípios atinentes à comunidade internacional como um todo:

- Princípio da cooperação;
- Princípio da resolução pacífica dos problemas;
- Princípio do acesso aos benefícios do património comum da humanidade.

b) Princípios atinentes às relações entre os Estados:

- Princípio da igualdade jurídica dos Estados;
- Princípio do respeito da integridade territorial;
- Princípio da não interferência nos assuntos internos dos outros Estados;
- Princípio da continuidade do Estado.

c) Princípios atinentes às obrigações dos sujeitos de Direito internacional:

- Princípio do livre consentimento;
- Princípio da equivalência das relações contratuais;
- Princípio de *pacta sunt servanda*;
- Princípio da boa fé;
- Princípio da responsabilidade por actos ilícitos.

d) Princípios atinentes à pessoa humana:

- Princípio da igual dignidade de todos os homens e mulheres;
- Princípio da proibição da escravatura, do tráfico de seres humanos e de práticas semelhantes;
- Princípio da protecção das vítimas de guerras e conflitos.

Não se pode ir mais além no domínio dos direitos do homem, por causa da disparidade de concepções e de regimes políticos que ainda subsistem.

As normas de *Jus cogens* estão presentes nos artigos 53º e 64º da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados. Elas são tidas como universais e devem ser aceites pelos Estados, pois exprimem convicções comuns irrenunciáveis. Elas são evolutivas, pois admite-se a substituição das normas actualmente existentes por outras, desde que estas tenham a mesma natureza.

## **1.8 Teoria do Dualismo e a Teoria do Monismo**

As grandes clivagens acerca da primeira questão reconduzem – se, habitualmente, à contraposição entre dualismo e monismo. Segundo as concepções dualistas, o Direito internacional e o Direito interno, são dois mundos separados, dois sistemas com fundamentos distintos. Nenhuma comunicação directa e imediata existe entre ambos. Uma norma pertencente a um sistema não pode valer, como tal, no interior de outro sistema, não passa de mero facto para este, quando muito, o seu conteúdo poderá aqui ser retomado, reproduzido ou transformado, surgindo então uma nova norma. Esta trilha de pensamento não põe em causa a natureza do ordenamento jurídico do Direito das Gentes. Mas é particularmente enfatizada por aqueles autores que conferem um realce muito grande à soberania do Estado e, doutro prisma, por aqueles autores (como TRIEPEL, com a sua conhecida tese da *Vereinbarung* ou vontade comum, colectiva ou conjunta dos Estados, como fundamento do Direito internacional) que acentuam as diferenças estruturais ou as linhas divisórias do Direito interno e do Direito internacional.

Pelo contrário, as correntes monistas são muitas e diversas, afirmam a unidade sistemática das normas de Direito internacional e das normas de Direito interno. Estes ordenamentos são comunicáveis e inter – relacionáveis, um não pode ignorar o outro e tem de haver meios de relevância recíproca das respectivas fontes. A natureza profunda das normas é idêntica ou semelhante e, aliás, nada impede que as normas desta ou daquela origem venham reger as mesmas situações da vida, as mesmas relações, as mesmas matérias, o que obriga a estabelecer formas de articulação.

Admitindo a mútua relevância e a subsunção numa essência comum, o monismo pode ainda, em abstracto, monismo com primazia de Direito interno e monismo com primado de Direito internacional, e nesta cabe ainda distinguir entre aquilo a que usualmente se chama monismo radical e aquilo a que se dá o nome de monismo moderado.

O monismo com primado no Direito interno acaba por reverter uma forma de negação do Direito internacional, por se aproximar muito da orientação doutrinal hoje completamente

ultrapassada) que vê o Direito internacional como uma espécie de Direito estadual externo. Reconheceu – se a existência de um só universo jurídico, mas que comanda esse universo é o Direito interno, e em último termo, a vontade dos Estados. O fundamento de unidade do Direito internacional encontrar – se – ia em norma de Direito interno.

O monismo com primado de Direito internacional reitera, com menor nitidez, a necessária integração das normas jurídico – internacionais e das normas jurídico – estatais num todo mais amplo. A unidade não pode, porém, resultar senão do próprio Direito internacional ou da projecção dos seus princípios sobre o Direito interno. E assim as normas de Direito internacional prevalecem sobre as de Direito interno, conquanto o modo como essa prevalência seja encarada, em termos de consequências práticas, varie bastante.

No monismo radical, dir – se – á que qualquer norma de Direito interno, inclusive de Direito constitucional, só será válida se respeitar normas de Direito internacional, a norma fundamental, em suma, de todo o universo jurídico, u do sistema jurídico complexo é uma norma de Direito internacional. Já numa linha mais atenuada, poderá dizer – se que a relação entre normas de Direito interno e normas de Direito internacional não reconduz forçosamente a uma relação de validade, a desconformidade entre lei interna e tratado, por exemplo, não acarreta invalidade da lei, pode acarretar simplesmente ineficácia ou então a responsabilidade internacional dos Estados. Por outro lado, haverá sempre que discernir Direito ordinário e Direito constitucional, a Constituição do Estado não tem que ser conforme com o Direito internacional e, ao invés, é ela que regula o modo como as normas internacionais adquirem relevância ou são recebidas na ordem interna.

A relação do Direito internacional comum com o Direito interno tende a ser, um pouco por toda a parte, uniforme e constante, e o primado do primeiro traduz, afinal, o primado do bem, comum universal. Já a relação do Direito internacional convencional e do Direito das organizações internacionais com o Direito interno se revela bastante diversificada por causa do conteúdo e dos objectivos das próprias normas internacionais e diversificadas por causa das legítimas opções constitucionais dos vários Estados.

Em sua obra-prima Teoria Pura do Direito, Kelsen resume, em poucas palavras, sua opinião a respeito desse tipo de monismo:

*“Se esta norma, que fundamenta os ordenamentos jurídicos de cada um dos Estados, é*

*considerada como norma jurídica positiva, e é o caso, quando se concebe o Direito Internacional como superior a ordenamentos jurídicos estatais únicos, abrangendo esses ordenamentos de delegação, então a norma fundamental, no sentido específico aqui desenvolvido, de norma não estabelecida, mas apenas pressuposta, não mais se pode falar em ordenamentos jurídicos estatais únicos, mas apenas como base do Direito Internacional.”*

Não há dúvidas de que Cabo Verde adopta o sistema dualista. Há duas ordens jurídicas independentes. O direito estrangeiro ou internacional aplica - se internamente, mas só pode ser aplicado em Cabo Verde mediante a observância de certos trâmites previstos em nosso ordenamento jurídico. A teoria do dualismo adoptada em Cabo Verde considera a existência de dois direitos autónomos e separados: o direito interno e o externo. Segundo essa teoria e nosso ordenamento jurídico, o tratado internacional celebrado em Cabo Verde com outros países obriga o país perante eles, mas não os Cabo - verdianos, vale dizer, o tratado não tem aplicação no âmbito interno de Cabo Verde.

Pode, entretanto, transformar-se em lei nacional, aplicando-se internamente em Cabo Verde. Essa incorporação se dá por meio de um processo legislativo, constituído de dois passos, a saber: a convenção deve ser aprovada pela Assembleia Nacional por meio de um decreto legislativo e promulgada pelo Presidente da República.

Há entretanto duas excepções, que foram introduzidas pela Emenda Constitucional 45: quando se tratar de direitos humanos, o tratado internacional ratificado em Cabo Verde tem validade imediata no direito cabo - verdiano, incorporando-se automaticamente. Trata-se porém de caso restrito e não geral, apenas quando se tratar de direitos humanos. Outra questão prevista na nova redacção constitucional é no tocante ao Tribunal Penal Internacional, que se torna competente para julgar crimes contra os direitos humanos, que independe de decreto presidencial para ser aceite. E trata-se de cláusulas pétreas de nossa Constituição.

## **Capítulo 2: O Processo e as Formas de Vinculação dos Tratados na Convenção de Viena**

As fases clássicas do processo de vinculação internacional dos Estados eram três:

- A negociação;
- A assinatura;
- A ratificação.

Mas no Direito Internacional contemporâneo a tripartição é diferente:

- A negociação (e a assinatura);
- A aprovação;
- A ratificação.

A diferença tem não pouco que ver com a evolução e as modificações dos sistemas políticas e constitucionais, como se vai mostrar. Enquanto que no Direito Internacional Clássico a conclusão dos tratados não solenes abrangia sempre o mesmo item processual, hoje com os tratados tal não se verifica: tem de haver necessariamente negociação, mas, como já se disse nem sempre ocorre a ratificação e, por vezes, nem sequer a aprovação. A própria Convenção de Viena reconhece esta situação, quando estabelece que o consentimento de um Estado a ficar vinculado por um tratado pode manifestar – se pela assinatura, pela troca de instrumentos constitutivos dos tratados pela ratificação, pela aceitação, pela aprovação ou pela adesão, ou por outro meio convencionado.

A convenção não impõe, por conseguinte, nenhuma forma predeterminada em face da natureza, do objectivo ou do conteúdo de qualquer tipo de tratado. O princípio (ou principio supletivo) se pode aqui falar – se em princípio, consiste na estipulação da forma pelo tratado em congresso. Mas, para além disso pode o Direito Constitucional de cada Estado prescrever esta ou aquela forma de vinculação. Não admira que a convenção preste uma atenção significativa à negociação e à assinatura de tratados, bem como ao depósito, ao registo e à publicação, e que, ao invés, nenhum preceito consagre à aprovação e à ratificação.

Nas monarquias absolutas a concentração do poder político também se traduzia na concentração das fases do processo de conclusão dos tratados. Senão era o próprio monarca a negociar e assinar directamente o tratado, pelo menos a ratificação que ele emitia consumia as fases anteriores. Em contrapartida, no constitucionalismo, assente no princípio da divisão do poder, cada fase possui um significado específico e procura – se a interdependência dos vários órgãos na formação da vontade do Estado (embora não devam ser obliterados os desvios ocorridos nos regimes de constituições nominais e semânticas). Também nas monarquias absolutas e nos sistemas totalitários

contemporâneos, eram possíveis tratados secretos<sup>10</sup> já não nos sistemas representativos e pluralistas, com fiscalização do poder e liberdade política.

## 2.1 A negociação e Assinatura

A negociação de qualquer tratado<sup>11</sup> cabe, quando a cada Estado, as pessoas investidas de plenos poderes (plenipotenciários) como seus representantes, e esses plenos poderes são os apropriados para o efeito, mas a representação do Estado pode resultar da prática dos Estados interessados ou de outras circunstâncias (art.º 7 n.º 1 da Convenção de Viena). Em virtude das suas funções e sem terem de apresentar instrumentos de plenos poderes são considerados representantes de cada Estado, o respectivo Chefe de Estado, ou Chefe do Governo ou Ministro das Relações Exteriores, o Chefe de Missão Diplomática, para a adopção do texto de um tratado entre o Estado acreditante e o Estado acreditado, e o representante acreditado do Estado numa conferência internacional ou junto de uma organização internacional ou de um dos seus órgãos, para a adopção do texto de um tratado celebrado nessa conferência ou por essa organização ou órgão (art.º 7 n.º2)<sup>12</sup>. Um acto relativo à conclusão de um tratado praticado por pessoa que não pode ser considerado como estando autorizada a representar o Estado para esse fim não produz efeitos jurídicos, a não ser que seja ulteriormente confirmada pelo Estado (art.º 8º)<sup>13</sup>. A adopção do texto do tratado efectua através do consentimento de todos os Estados que participem na sua elaboração (art.º 9 n.º1). Realizando – se uma conferência internacional com esta finalidade, efectua – se pela maioria de 2/3 dos Estados presentes e votantes, a não ser que os Estados decidam pela mesma maioria aplicar regra diversa (art.º 9º n.º2). Importa ainda considerar a adopção do texto no âmbito ou a partir de uma organização internacional como sucede com as convenções internacionais do trabalho, aprovadas pela conferência internacional do trabalho e como tem sucedido com muitos tratados sobre Direito do Homem, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Destas especialidades não cuida, porém, a convenção.

---

<sup>10</sup> Lembrem – se os acordos Molotov – Ribentropp, de 1939, de divisão da Europa centro – oriental entre a União Soviética e a Alemanha, pouco antes de eclodir da segunda guerra mundial.

<sup>11</sup> Cfr. GRIGORE GEAMANU, *Théorie et pratique des négociations du droit international*, in *Recueil des Cours*, 1980, I, págs. 432 e segs.

<sup>12</sup> A terminologia da Convenção não é aqui de grande rigor técnico: juridicamente, não são pessoas que intervêm, mas sim órgãos (de representação extrema do Estado) e agentes (diplomáticos ou não).

<sup>13</sup> Mais do que um caso de gestão de negócios internacional, parece ser um caso de agente putativo.

À adopção segue – se a autenticação do texto a qual se faz segundo o processo nele estabelecido ou que seja acordado pelos Estados participantes na sua elaboração e, e na sua falta, por assinatura, assinatura *ad referendum* ou rubrica do texto do tratado ou de acta final da conferência em que o texto tenha sido incluído (art.º 10º)<sup>14</sup>. A assinatura não é uma formalidade requerida pela convenção para todos os casos, assim como, naturalmente, não existe na vinculação por via de adesão<sup>15</sup>. Mas, em contrapartida, há tratados abertos que prevêem assinatura diferida. A assinatura ou processo equivalente não obriga o Estado parte, salvo nas convenções ultra – simplificada, uma vez produzida, aos órgãos constitucionais competentes cabe aprovar e ratificar, ou só aprovar, o tratado (ou não).

### 2.1.1 Negociação Bilateral

A negociação bilateral pode se desenvolver no território de uma das partes contratantes ou, se preferirem, de terceiro Estado, quando assim o justifiquem factores como clima de animosidade ou desconfiança mútua reinante entre as partes, a vantagem operacional e económica representada pelo cenário neutro, onde se encontrem representações diplomáticas permanentes dos dois pactuantes.

Em se tratando de partes com idioma comum, é normal que nele se desenvolva a negociação e se redija o texto do tratado. Diferentes que sejam as línguas dos Estados negociadores, escolhe-se de comum acordo outra língua.

Exauridas as negociações após obtido o consenso das partes contratantes, passa-se a redacção do instrumento que regra geral, costuma ser único, um documento comum. Neste momento, quando não mais há dúvida sobre a substância do que foi acordado, nem quanto à expressão formal, então a negociação pode se considerar terminada.

Se necessário poderá o instrumento do tratado ser redigido em mais de um idioma, cumprindo a seguir autenticá-lo, o que se faz pela aposição da assinatura dos contratantes, no caso, por meio de seus negociadores.

---

<sup>14</sup> Através da assinatura ou de acto equivalente marcam – se, assim, o local e a data do tratado.

<sup>15</sup> Na adesão tão pouco se verifica negociação. Quando muito, a emissão de reservas (se admitidas) pode funcionar como seu sucedâneo.

Quando o negociador não estiver munido de poderes para assinatura normal, fará assinatura *ad referendum* ou simplesmente rubricará o texto.

### **2.1.2 Negociação Colectiva**

Pode-se convocar uma conferência diplomática quando se tiver por objectivo a feitura de um ou mais tratados ou a preparação de uma pauta de discussão ampla da qual resulte alguma produção convencional pactuada. Para as conferências internacionais as partes escolhem os idiomas, que podem ser diferentes para o trabalho negocial e para a lavratura do texto acabado.

Impõe - se diferenciar a versão autêntica do tratado que é produzida no curso da negociação e que, a final, será chancelada ou autenticada pelas partes. Diferencia-se da versão oficial, que fica sob a responsabilidade de qualquer Estado pactuante, e se produz a partir dos textos autênticos, no seu próprio idioma. Assim, por exemplo, a Carta das Nações Unidas foi concebida em cinco versões autênticas: no chinês, espanhol, inglês, francês e russo e em dezenas de países mereceu versões oficiais como por exemplo em Cabo Verde em português.

A Convenção de Viena sobre os tratados internacionais dispõe em seu artigo 9º, § 2º: "*A adopção do texto de um tratado numa conferência internacional efectua-se por maioria de dois terços dos Estados presentes e votantes, a menos que esses Estados decidam, por igual maioria, aplicar uma regra diversa*".

É conveniente obter-se o consenso, evitando - se assim a votação e a presença de vencedores e vencidos, através de mútua transigência na negociação.

A consequência principal da assinatura é outra. Consiste em, fixado o texto, os Estados partes fiquem adstrito, por imperativos de boa - fé a abster - se de actos (ou omissões) que prevê o tratado do seu objecto ou do seu fim (art.º 18º da Convenção). A Convenção de Viena regula também exhaustivamente a rectificação de erros de textos ou das cópias autenticadas dos tratados (art.º 79.º).

Não custa fazer contraposição entre as Constituições anteriores e a actual (embora mais aparente que real) no concernente à negociação e à assinatura de tratados internacionais.



Se o presidente da República não ajusta, directa ou indirectamente, nenhuma convenção internacional e se, em geral, a condução de políticas externa cabe ao Governo (art.º 185º de Constituição), isso não dispensa a concertação entre os dois órgãos, não só por imperativo de interdependência de órgãos de soberania mas também por tal ser o pressuposto dos actos na área das relações internacionais, que esses, sim, implicam a intervenção presidencial.

O Primeiro-Ministro informa o Presidente da República acerca dos assuntos da política externa do País e aqui se integram, por certo, senão todas as negociações internacionais, pelo menos as atinentes aos tratados de maiores repercussões para a vida colectiva – informação prévia, e não apenas a posteriori ou perante factos consumados.

Dever de informação tem, do mesmo passo, o Governo em relação aos Partidos políticos representados na Assembleia da República e que façam parte do Governo e, por outra banda, em relação aos grupos parlamentares (art.º 183º nº 2 alínea i)).

A informação sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público abrange, avidamente, a negociação de qualquer tratado de repercussões significativas na vida do País.

No interior do Governo, a competência para a negociação e a assinatura está hoje regulamentada pela resolução do conselho de Ministros. Na qual se reitera papel específico do Ministério das Relações Exteriores - papel específico, se bem que não exclusivo, por causa da diversificação e da complexidade da vida internacional dos nossos dias.

Assim, nos processos de negociação de acordos ou compromissos internacionais que vinculem o Estado Cabo Verdiano devem os Departamentos envolvidos manter o Ministério das Relações Exteriores permanentemente informado, desde a fase da intenção ou do recebimento de qualquer proposta de negociação até à sua conclusão.

O início da fase de negociação não pode acorrer sem o prévio enquadramento político prestado pelo Ministério das Relações Exteriores, que deverá ainda ser informado e pronunciar-se acerca das fases mais determinantes da referida negociação.

A rubrica ou assinaturas de acordos internacionais, seja qual for a sua designação, forma e conteúdo, está sujeita à prévia aprovação pelo conselho de Ministros.

### 2.1.3 Especificidade do Processo de Conclusão das Convenções Multilaterais

A negociação é colectiva e feita numa conferência internacional onde os textos são adoptados por maioria, ou no seio de uma Organização Internacional, por meio de um seu órgão permanente.

Aparece-nos a distinção entre Convenções Multilaterais abertas e Convenções Multilaterais fechadas. Enquanto, nas primeiras, podem vir a participar membros diferentes dos contratantes originários, nas Convenções fechadas, só é admitida a participação dos contratantes originários. A participação nas Convenções abertas pode dar-se, quer pela assinatura diferida, quer pela adesão.

A assinatura diferida, é aquela que pode fazer os Estados, quer tenham quer não tenham tomado parte na negociação, durante um prazo fixado na própria Convenção. A *adesão*, consiste no acto pelo qual um Estado não - signatário duma Convenção Internacional, concluída entre outros Estados, em relação aos quais ela se encontra em vigor, se torna parte nesta, tenha ou não tenha participado na sua negociação (art.º 15º da CV). As Convenções Multilaterais Gerais deveriam estar abertas à adesão de todos os Estados. Tal não é, contudo, a prática seguida, dado que, muitas vezes, se pretendem retirar efeitos políticos colaterais da mera possibilidade de participação numa Convenção Internacional.

Como a adesão não é precedida de assinatura, a aprovação parlamentar ou governativa da Convenção, por acaso, necessária deverá ser feita antes do envio do instrumento de adesão.

Quando um Estado adere, um tratado *sob reserva de ratificação*, o depositário deve entender que não se manifesta uma vontade definitiva de aderir, mas sim uma mera intenção de aderir, sem qualquer efeito jurídico diferente daquele que provoca a assinatura dum Tratado solene.

A entrada de um Estado para uma Convenção Multilateral é ainda facilitada pela possibilidade de formulação de reservas.

A reserva é, segundo o art.º 2º/1-d da CV, “*uma declaração unilateral, qualquer que seja o seu conteúdo ou uma designação, feita por um Estado quando assina, ratifica, aceita*

*ou aprova um Tratado ou a ele adere, pela qual visa excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do Tratado na sua aplicação a este Estado”.*

Pela formulação da reserva, modifica-se a Convenção nas relações entre o Estado que a formulou e o Estado que a aceitou, não sem modificar as relações das outras partes entre si, a Convenção entra em vigor entre o Estado que formulou a reserva e a parte que a ela objectou e não se opôs a que a Convenção entrasse em vigor entre ambos, embora as disposições sobre que incide a reserva não se apliquem entre os dois Estados, na medida do que foi previsto pela reserva. A formulação de uma reserva nem a objecção à mesma têm carácter definitivo, podendo ser unilateralmente retiradas (art.º 22º da CV).

As Convenções Multilaterais obrigam à instituição de um depositário, que evita as trocas excessivas de instrumentos de ratificação, enviando-se, assim, apenas um instrumento de ratificação que é depositário ou no Estado no Território do qual se desenrolaram as negociações ou no secretariado de uma Organização Internacional, quando a Convenção é negociada sob os auspícios ou no seio dessa Organização. O depositário notifica os restantes Estados do depósito das ratificações que se forem operando.

#### **2.1.4 A Aprovação e a Ratificação dos Tratados em Cabo Verde**

Excluindo os tratados sob forma ultra – simplificada, todos os tratados requerem aprovação pelo órgão interno competente. Pelo contrário, nem todos requerem ratificação<sup>16</sup>. Não existe hoje nenhuma regra de Direito das Gentes a impô – la quanto certos tratados ou sequer a estipular ou a presumir a sua necessidade em caso de falta de disposição expressa<sup>17</sup>. Tudo depende ainda aqui do Direito de cada Estado e pode até um tratado configurar – se como tratado solene para uma parte e como acordo em forma simplificada para outra parte. Quando prevista, a ratificação nunca é um acto obrigatório para quem tenha de a emitir. É sempre um acto livre<sup>18</sup>.

De acordo com a Constituição de Cabo Verde os acordos em forma simplificados não carecem de ratificação, são aprovados pelo Governo mas unicamente versarão matérias compreendidas na competência administrativa desse órgão (art.º 14º).

---

<sup>16</sup> Mutatis Mutandis equivalente à sanção no processo legislativo interno (quando exista).

<sup>17</sup> Como acontecia antigamente

<sup>18</sup> Salvo na hipótese, aliás rara, de o dever de ratificar derivar de um tratado anteriormente concluído (ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA E FAUSTO QUADROS, op. Cit., pág. 197).

Em Cabo Verde o regime actual da competência para aprovação, por força dos art.º 179º:

- a) Aprovação dos Tratados de certos tipos – reservada à Assembleia Nacional;
- b) Aprovação dos restantes tratados pelo Governo, salvo se este os submeter à Assembleia Nacional;
- c) Aprovação de acordos em forma simplificada sobre certas memórias - reservada à Assembleia Nacional;
- d) Aprovação dos Acordos em forma simplificada sobre as restantes matérias - reservada ao Governo;

São tratados com aprovação reservada à Assembleia Nacional (art.º 179º):

- a) Tratados que versem matérias da sua competência legislativa reservada, seja da reserva absoluta, seja da reserva relativa e, porque, naturalmente, não pode haver nada de comparável a autorizações legislativas no domínio dos tratados, isto significa que matérias apenas incluídas na reserva relativa de competência legislativa correspondem a reserva absoluta de competência internacional da Assembleia.
- b) Tratados de participação de Cabo Verde em organizações internacionais (tratados de adesão a organizações já existentes e tratados constitutivos de organizações), tratados de amizade, de paz, de defesa, de rectificação fronteiras e assuntos militares, os tratados, por conseguinte, de conteúdo ou de maior incidência política.

Por outro lado, como se sabe, são acordos com aprovação reservada à Assembleia Nacional os que versem matérias da sua competência legislativa reservada mesmo (art.º 179º alínea j)) – admitindo que possa haver acordos, e não tratados, sobre tais matérias.

Quanto aos restantes tratados:

- a) Em princípio a aprovação pelo Governo;
- b) Se forem submetidos pelo Governo à Assembleia Nacional, preclusão da competência do Governo (bem entendido, quanto aos tratados em concreto de que se trata);
- c) E aqui, havendo ainda a distinguir-se duas hipóteses: tratados que o Governo desde logo submete à aprovação da Assembleia (art.º 179º alínea j), *in fine*) e

tratados aprovados pelo Governo, mas com normas inconstitucionais como tal consideradas pelo tribunal constitucional (art.º 203º, alínea j).

Ao Presidente da República compete ratificar depois de devidamente aprovados (art.º 136º, alínea a) da Constituição). Compete – lhe também o acto homólogo da ratificação relativo à aceitação superveniente de um tratado solene aberto a adesão. A ratificação, declaração solene de vinculação do Estado é um acto livre, que o Presidente pode recusar ou diferir. Em contrapartida, a referenda ministerial que se lhe apõe sempre necessária (art.º 138º), é obrigatório. O Governo não a pode deixar de dar. A ratificação toma a forma de uma carta de ratificação (destinada a troca ou a depósito, consoante o tratado seja bilateral ou multilateral). Não se justifica, por isso, a prática, seguida nos últimos anos, de publicação de decreto presidencial de ratificação. Não só não tem razão de ser como se afigura contraditória com o princípio da recepção automática do Direito Internacional.

Em contrapartida, no tocante aos acordos em forma simplificada, a regra é de reserva – a reserva absoluta – de competência de aprovação do Governo (com a única excepção da competência da Assembleia acerca de acordos sobre matérias legislativas a ela reservada).

As reservas estendem-se às regras da competência para a aprovação de tratados; as reservas formuladas em tratados sujeitos a aprovação parlamentar têm também de ser aprovados pelo parlamento e este pode ainda formular reservas aquando da aprovação.

## **2.2 Os órgãos internos competentes**

Como já se disse, para além do que disponha qualquer tratado em concreto (art.º 14º da Convenção de Viena), é o Direito interno de cada Estado que estabelece qual forma solene, simplificada, ultra – simplificada, que os tratados podem ou não assumir e é também ele que determina quais os órgãos competentes para a vinculação internacional do Estado e os respectivos tipos de actos<sup>19</sup>. Estes órgãos e estes actos relevam da função política e, por isso, as normas de Direito interno que os regem são, naturalmente, normas de Direito Internacional.

---

<sup>19</sup> Os órgãos com o treaty – making power (a não confundir com o jus tractum, que é a capacidade convencional do próprio Estado).

As Constituições contemporâneas não se afastam muito quanto à competência para a negociação e a assinatura dos tratados, atribuindo – a, duma maneira ou doutra, ao órgão ou órgãos do chamado Poder Executivo (Governo, Gabinete, Presidente da República, directório ou órgão de substituição da assembleia soberana). A relativa coincidência explica – se pelas próprias necessidades da contratação internacional. O mesmo acontece *mutatis mutandis* com a celebração e a aprovação dos acordos em forma simplificada, hoje universalmente difundidos.

E também quanto à ratificação (sempre que tenha de se dar), por toda a parte compete ele ao Chefe do Estado (Rei ou Presidente da República) ou órgão seu sucedâneo<sup>20</sup>, em ligação ao tradicional *Jus raepresentationis omnimodae*. Já divergências mais acentuadas surgem no tocante à aprovação dos tratados sujeitos a ratificação (ou tratados solenes), por esta implicação com a projecção constitucional de várias matérias, concerne do relacionamento entre os poderes do Estado e com o realce prestado a determinadas formas e formalidades, e divisa – se, não sem conexão com as concepções acerca da integração sistemática de Direito internacional e direito interno. Um evidente paralelo (que não equivale a identificação) entre competência legislativa e competência de aprovação de tratados.

São opções político – constitucionais de fundo que justificam, em cada país ou em cada regime e adopção de um único modo ou de uma pluralidade de modos de aprovação de tratados, tal como são determinadas opções que levam a que tratados de certo tipo ou sobre certo objecto, por revestirem maior significado, tinham de ser submetidos a votação parlamentar. Afora isso, esses temas de Governo com concentração de poder, predomina na aprovação o próprio órgão que negocia e assina, e, esses temas de Governo com desconcentração de poder, da – se uma separação ou divisão (pelo menos no respeitante aos tratados mais importantes) entre o órgão de negociação e assinatura e o órgão aprovação, na base de um critério de fiscalização (ou de um *pouvoir d'empêcher*, na linha de MONTESQUIEU) desde sobre aquele<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Como era o presidium do Soviète Supremo da URSS (art.º 121º da Constituição de 1977) ou como é o Conselho de Estado na Guiné – Bissau (art.º 64.º da Constituição de 1984).

<sup>21</sup> A esta luz, parece de menor alcance o problema de saber se a aprovação é uma verdadeira aprovação (figura análoga à aprovação própria sensu do Direito administrativo) ou uma autorização (autorização para o Presidente da República ratificar, se quiser): tudo depende da perspectiva que se adopte na análise, mas nada justifica desvalorizar o acto político de intervenção no processo do Parlamento

Olhando em especial à intervenção do parlamento encontram – se diferentes soluções em Direito Comparado, em grau crescente: exclusão, competência meramente consultiva, competência deliberativa concorrente com a de outros órgãos quanto a todas ou algumas matérias, divisão de competência com reserva ao parlamento da aprovação de certos tratados, competência de aprovação do parlamento com dependência de *referendum*, competência exclusiva do parlamento.

### **2.3 A violação das regras constitucionais sobre conclusão dos tratados**

Quais as consequências da violação de regras de Direito Internacional respeitantes à competência e à forma de conclusão de tratados? Equivale essa violação a vício de consentimento que determina a invalidade?

O problema foi largamente discutido durante muito tempo. Havia quem dissesse resposta afirmativa, em virtude da devolução para o Direito interno da regulamentação dessa competência e dessa forma. E havia, pelo contrário, quem se pronunciasse desfavoravelmente, em nome da supremacia ou da autonomia do Direito internacional. O art.º 46º da Convenção de Viena contemplou o problema, o chamado problema das ratificações imperfeitas, estabelecendo uma solução intermédia ou equilibrada nesses termos:

- ❖ A circunstância de o consentimento de um Estado a obrigar-se por um tratado ter sido expresso com violação de um preceito do seu Direito interno relativo á competência para a conclusão dos tratados não pode ser alegada por esse estado como tendo viciado o seu consentimento, a não ser que essa violação tenha sido manifesta e diga respeito a uma regra do seu Direito interno de importância fundamental.
- ❖ Uma violação é manifesta, se é objectivamente evidente para qualquer Estado que proceda, nesse domínio, de acordo com a prática habitual e de boa - fé<sup>22</sup>.

Como se verifica, são dois os requisitos de invocabilidade (e, eventualmente, de não vinculação Estado):

---

<sup>22</sup> Cfr. MARIO GIULIANO e outros, op. Cit., págs. 363 e segs.; J. F. REZEK, op. Cit., págs. 74 e 75; ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, op. Cit., págs. 208 e segs.; DOMINIQUE CARREAU, op. Cit., págs. 128 e segs.

- 1) Que se tenha infringido uma regra interna de importância fundamental, o que aponta para uma regra de carácter constitucional, embora a importância das regras tenha de ser medida no contexto de cada sistema político;
- 2) Que a violação seja manifesta.

Subjacente às regras está o princípio da boa - fé como grande princípio das relações convencionais. Todavia, as fórmulas adoptadas abrangem conceitos indeterminados, cuja interpretação pode revelar – se difícil em muitos casos<sup>23</sup>.

### **2.3.1 As reservas**

A primeira página do documento que estabeleceu a Paz de Augsburg, que pacificou as tensões entre católicos e luteranos na Alemanha, em 1555.

A reserva é uma declaração unilateral da Parte Contratante, expressa no momento do consentimento, com o objectivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de uma ou mais disposições do tratado em relação àquela Parte Contratante. Em outras palavras, a Parte, ao assinar ou ao ratificar o tratado, pode informar às demais Partes que:

- Não se considera vinculada a uma ou mais disposições, e/ou
- Considera que certas disposições lhe são aplicáveis de uma maneira específica, explicada no momento da reserva.

A reserva é consequência de pequenos desacordos sobre o texto do tratado que não ameaçam o espírito deste; neste caso, por vezes, para a Parte é mais vantajoso acatar o texto como está e fazer uma reserva a uma disposição que lhe desagrade do que rejeitar o tratado inteiro. Em geral, a reserva é cabível em tratados plurilaterais ou multilaterais, não bilaterais. Nos acordos bilaterais, a falta do consenso completo inviabiliza o texto.

Caso uma Parte discorde das reservas apresentadas por outra Parte, a primeira pode oferecer uma objecção. Neste caso, compete à primeira indicar se considera o tratado em vigor entre si mesma e a segunda Parte. É lícito que o tratado proíba, limite ou condicione o oferecimento de reservas ao seu texto.

---

<sup>23</sup> Um caso paradigmático foi o das fronteiras marítimas entre Guiné – Bissau e o Senegal objecto de um acordo luso – francês em 1960, em Portugal celebrado à margem das normas constitucionais.



Em princípio, as partes num tratado obrigam – se pela totalidade das suas cláusulas. A vinculação apenas a algumas delas só torna possível se o tratado o permite ou se as outras partes o consentem (art.º 18º da Convenção de Viena). Todavia, nos tratados multilaterais, podem ser admitidas reservas, verificados certos pressupostos e observados certos procedimentos, com a consequente alteração dos termos da vinculação das diversas partes<sup>24</sup>.

Nas reservas há dois interesses contraditórios em presença. Primeiro é a extensão da convenção, deseja – se, que ela valha para o maior número possível de Estados e, assim, tende – se a aceitar os arranjos que permitam obter o seu consentimento. A segunda preocupação é a da integridade da convenção, as mesmas regras devem valer para todas as partes, sem lacunas de excepção.

Durante muito tempo impôs – se o segundo interesse, Ultimamente (sobretudo, desde o parecer do Tribunal Internacional de Justiça relativo à Convenção sobre o Genocídio, de 1951) adopta – se uma orientação mais flexível, destinada a facilitar as relações internacionais.

Segundo a Convenção de Viena, a reserva é uma declaração unilateral do Estado que consente, visando excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado em relação a esse Estado. Portanto, é uma qualificação do consentimento. Não se admitem reservas em tratados bilaterais, em pactos institucionais e nas convenções internacionais de trabalho.

As reservas vêm disciplinadas na Convenção de Viena:

Art.º 19º "O Estado poderá formular uma reserva no momento de assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado ou de aderir ao mesmo, a menos:

a) Que a reserva esteja proibida pelo tratado;

---

<sup>24</sup> Cfr. J. M. Ruda, *Reservations to Treaties*, in *Recueil des Cours*, 1975, III, págs. 101 e segs.; DIEZ DE VELASCO, op. cit., I, págs. 108 e segs.; SUZANNE BASTID, op. Cit., págs. 71 e segs.; RUI DE MOURA RAMOS, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sua posição face ao ordenamento jurídico*, in *documentação e Direito Comparado*, 1981, págs. 168 e segs.; BENEDETTO CONFORTI, op. Cit., págs. 108 e segs.; MARIO GIULIANO e outros, op. Cit., págs. 308 e segs.; MALCON N. SHAW, op. Cit., págs. 570 e segs.; ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA E FAUSTO DE QUADROS, op. Cit., págs. 231 e segs.; RAÚL GUICHARD ALVES, *Alguns aspectos do regime das reservas aos tratados na Convenção de Viena de 1969*, in *Direito e Justiça*, 1993, págs. 139 e segs.

b) Que o tratado disponha que unicamente podem ser feitas determinadas reservas, entre as quais não figure a reserva de que se trate; ou

c) Que nos casos previstos nas alíneas "a" e "b", a reserva seja incompatível com o objecto e o fim do tratado."

Segundo Plá Rodriguez as reservas devem ser expressamente autorizadas no texto das convenções que provêm da Organização Internacional do Trabalho, segundo o art.º 19, § 3º, da Constituição da OIT.

As ratificações condicionadas, inspiradas essencialmente na preocupação da concorrência internacional, se verificaram sobretudo, nos primeiros anos da existência da Organização, porém seu número foi muito limitado e a prática se tornou cada vez mais rara.

Arnaldo Sussekind, Valticos e Plá Rodriguez admitem que não há inconveniente para que o Estado expresse uma ratificação condicionada nem que ratifique a convenção estabelecendo um prazo a partir do qual começará a cumpri-la.

As convenções da OIT só admitem reserva quando expressamente conste esta faculdade no seu texto e segundo a Convenção de Viena em seu art.º 20º, § 1 *"Uma reserva expressamente autorizada pelo tratado não exigirá a aceitação posterior pelos demais Estados contratantes, a menos que o tratado assim disponha"*.

Das reservas distinguem – se:

- ❖ As meras declarações interpretativas, as quais não atingem os efeitos jurídicos das disposições convencionais;
- ❖ As disposições transitórias e as cláusulas de exclusão *opting out* relativas a certo ou certos Estados, umas e outras, aceites por todas as partes e inseridas no próprio tratado;
- ❖ As declarações anexas a um tratado de mero alcance político;
- ❖ As modificações ou emendas que, supervinientemente, o tratado venha a sofrer.

A emissão de reservas está sujeita a limites materiais, temporais e formais:

- a) Os limites materiais podem ser expressos - proibição de reservas pelo tratado ou autorização somente de determinadas reservas - se tácitos - incompatibilidade da

reserva com o objecto e o fim do tratado (art.º 19º, alíneas a), b) e c) da Convenção de Viena).

A descoberta da incompatibilidade com o objecto e o fim do tratado implica uma indagação interpretativa que cabe aos Estados partes no tratado levar a cabo. Mas há tratados que, desde logo, não consentem reservas: Os de Direito internacional constitucional (na acepção atrás referida), como a carta das Nações Unidas e a própria Convenção de Viena.

Tão pouco (num plano de conformidade) seriam possíveis reservas opostas ao *jus cogens* (art.º 53º).

- b) Os limites temporais traduzem-se na exigência de a reserva coincidir com qualquer fase do processo de vinculação ao tratado, não depois: a reserva tem de ser formulada no momento da assinatura, da ratificação, da aceitação ou da aprovação do tratado ou no momento da adesão (proémio do art.º 19º)<sup>25</sup>;
- c) Os limites formais consistem na necessidade de a reserva (bem como a sua aceitação expressa ou a objecção a uma reserva) ser formulada por escrito e comunicada aos Estados contratantes e aos outros Estados que tenham o direito de se tornar partes no tratado art.º 23º). Além de unilateral, a reserva é, pois, uma declaração receptiva e, pela natureza das coisas, tem de ter objecto e conteúdo determinados (objecto determinado em razão da disposição do tratado e conteúdo determinado em razão da matéria, das pessoas ou do território).

Para que a reserva produza efeito, é necessário que, pelo menos, outro Estado contratante a tenha aceite (art.º 20º, n.º4, alínea c), da Convenção de Viena.

Contudo, nem sempre é assim:

- ❖ Quando resulte do número restrito de Estados, bem como do objecto e do fim do tratado, que a sua aplicação na íntegra entre todas as partes é condição essencial para o consentimento de cada uma a vincular-se pelo tratado, a reserva tem de ser aceite por todas as partes (art.º 20.º, n.º2).

---

<sup>25</sup> Deixe – se, aliás, aqui uma grande margem aos Estados, pois são diferentes os condicionalismos no momento da assinatura (em que todos os Estados ficam logo sabendo as posições uns dos outros) e no momento da ratificação (que é diverso de Estado para Estado, e um Estado pode ratificar com reservas e outros não).

- ❖ Quando um tratado é acto constitutivo de uma organização internacional, e não ser que disponha diversamente, a reserva exige a aceitação do órgão competente desta organização (art.º 20.º, n.º 3), o que parece pressupor que um número mínimo de ratificações sem reservas tenha sido alcançado de modo a considerar-se constituída previamente a organização.

A aceitação das reservas pode ser tácita.<sup>26</sup> A reserva será tida por aceite por um Estado se este não tiver objectado á reserva quer nos doze meses subsequentes á sua notificação, quer no momento em que tiver expresso o seu consentimento a vincular – se pelo tratado, se o fez posteriormente (art.º20, n.º5).

Em face das reservas, a vinculação ao tratado pelos diversos Estados partes recorta-se nos seguintes termos:

- ❖ Para os Estados que não formularam reservas nem objectaram á formulação de reservas, o princípio é o cumprimento integral do tratado;
- ❖ Para os Estados que formularam reservas e para os que as aceitaram, as reservas modificam, quanto às disposições que delas são objectos, as relações entre esses Estados podendo falar-se numa espécie de tratados bilaterais acessórios enxertados no tratado multilateral principal;
- ❖ Havendo Estados que objectaram às reservas, o relacionamento com os Estados que às formularam, depende da atitude que aqueles assumirem, visto que:
  - Podem simplesmente ter formulado as objecções;
  - Ou podem formular objecções e opor - se à entrada em vigor do tratado entre eles e os Estados que emitiram as reservas.

As reservas podem ser revogadas a todo o tempo, sem que seja necessário o consentimento do Estado que as tenha aceite (art.º 22º, nº1). E também a objecção a uma reserva pode em qualquer momento ser revogada (art.º 22º, nº2). Já não a aceitação. A nível interno dos Estados, a competência para emitir e para revogar reservas, ou para aceitar ou objectar a reservas, depende das normas constitucionais relativas à aprovação dos tratados. Como a reserva afecta o sentido da vinculação internacional do Estado, tem de obedecer às mesmas regras de competência a que obedece essa vinculação. Por

---

<sup>26</sup> O que sucede hoje mais correntemente.

exemplo, se um tratado recai na competência do parlamento, a reserva que o Governo formule no momento da assinatura tem de ser também ela submetida ao parlamento para aprovação conjuntamente com o tratado.

Como não há uma regra universal, uma lei que disponha sobre a elaboração de um tratado, muitas das respostas serão encontradas no próprio tratado, no próprio procedimento de elaboração deste. Assim, num tratado, as partes convencionarão se cabe, ou não, reserva e quais as cláusulas objecto de reserva.

Havendo dúvida de aplicação de reserva, haverá uma regra geral que dirá: a reserva não pode atingir o objecto e a finalidade do tratado. Isso também é encontrado na Convenção de Viena, já mencionada.

### **2.3.2 O depósito dos tratados**

Nos tratados multilaterais existe o instituto do depósito, também previsto na Convenção de Viena (artigos 76.º e 77.º). O depositário pode ser um (ou podem ser vários) dos Estados que participaram na negociação, uma organização internacional ou o principal funcionário administrativo de uma organização internacional (art.º 76.º, n.º 1), sua função tem carácter internacional e ele está sujeito a um dever de imparcialidade (art.º 76.º, n.º 2). Está aqui outro modo de racionalização e institucionalização das relações convencionais. Entre as funções do depositário (art.º 77.º). Contam-se:

- ❖ Assegurar a guarda do texto original do tratado;
- ❖ Estabelecer cópias autenticadas do tratado ou cópias noutras línguas;
- ❖ Receber todas as assinaturas do tratado e receber e guardar todos os instrumentos e notificações relativos ao tratado;
- ❖ Informar as partes e os Estados com capacidade para se tornarem partes de todos os actos, comunicações e notificações relativos ao tratado;
- ❖ Informar os Estados com capacidade para serem partes no tratado da data na qual foi recebido ou depositado o número de assinaturas ou de instrumentos de ratificação, de adesão, de aceitação ou de aprovação necessários para a entrada em vigor do tratado;
- ❖ Promover o registo do tratado.

### **2.3.3 Promulgação, Registo e publicação dos Tratados em Cabo Verde**

O Direito Constitucional de alguns Estados exige, ainda, para que o tratado seja obrigatório para os seus órgãos internos, a promulgação. Esta é o acto jurídico, de natureza interna, pelo qual o governo de um Estado atesta a existência de um tratado devidamente ratificado e ordena a sua execução no seu território. A partir de então, o tratado é obrigatório também no plano interno.

Cabe ressaltar a diferença, em termos práticos, entre os efeitos da ratificação e os da promulgação. Se um Estado ratifica um tratado mas não o promulga (e o seu direito constitucional exige a promulgação), o texto convencional lhe é obrigatório no plano internacional mas não no plano interno. Neste caso, o Estado em questão pode ver-se na posição de ser cobrado nas suas obrigações convencionais pelas demais Partes Contratantes, mas acontecer de um de seus órgãos internos recusar-se a aplicá-las por falta de promulgação. Nasce, então, uma situação de responsabilidade internacional da parte do Estado faltoso.

Historicamente, os tratados secretos revelavam-se sempre perigosos para a paz e para segurança colectiva, e são inadmissíveis em forma de governo democrático. Por isso e para maior certeza nas relações internacionais, consagra-se a regra do registo dos tratados. O pacto da sociedade das Nações (art.º 18.º) e depois a carta das Nações Unidas (art.º 102.º) reportam-se apenas a tratados celebrados por membros de uma e de outra organização. A Convenção de Viena vem impor o registo relativamente a todos e quaisquer tratados, sejam ou não as partes membros das Nações Unidas (art.º 80.º); e o mesmo princípio consta da Convenção de 1986 sobre tratados das organizações internacionais (art.º 81.º). Nem uma, nem outra das convenções de codificação determina a consequência jurídica da falta de registo. O art.º 102.º n.º 2 da carta aponta, porém, para a simples oponibilidade: nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registado poderá invoca - lo perante qualquer órgão das Nações Unidas (portanto, também perante o Tribunal Internacional de Justiça).

Já a publicação em Boletim Oficial é pré-requisito para a aplicação do tratado pelos órgãos internos do Estado e é adoptada por todos os países, com ligeiras diferenças de procedimento entre si.

A Carta das Nações Unidas (1945) estabelece que todos os tratados devem ser registados no Secretariado da ONU. Os tratados não registados não podem ser invocados perante órgão da ONU. O registo advém do princípio que condena a diplomacia secreta.

Outras organizações internacionais também podem exigir o registo de tratados regionais ou sobre certos assuntos, como era o caso da Liga das Nações e ainda é o da Organização dos Estados Americanos (para os tratados regionais), de um lado, e da Organização de Aviação Civil Internacional e da Agência Internacional de Energia Atómica (tratados *ratione*).

Pelo sistema das Nações Unidas, o registo e publicidade são previstos no artigo 102º, da Carta de São Francisco, que dispõe:

1. Todo tratado e todo acordo internacional, concluídos por qualquer membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta, deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registados e publicados pela Secretaria.

2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional, que não tenha sido registado em conformidade com as disposições do parágrafo 1 deste artigo, poderá invocar ao tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas."

Além dos registos amplos exigidos pelas Nações Unidas para os tratados internacionais, há, ainda, os registos regionais e especializados em outras organizações conforme a matéria tratada.

São possíveis, nos termos dos artigos 280º e 281º da Constituição, de ser submetidas à fiscalização sucessiva concreta e abstracta. Se forem declaradas inconstitucionais, serão, na primeira hipótese, desaplicadas ao caso *sub iudice* e deixarão, na segunda hipótese, de vigorar desde a data da sua entrada em vigor (se a inconstitucionalidade for originária) ou desde a entrada em vigor de norma constitucional posterior com aquela incompatível (se a inconstitucionalidade for superveniente).

O Presidente da República pode requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade de qualquer norma constante de Tratado Internacional que lhe tenha sido submetido para ratificação, de Decreto que lhe tenha sido enviado

para promulgação como Lei ou como Decreto - legislativo ou de Acordo Internacional cujo decreto de aprovação lhe tenha sido remetido para assinatura (art.º 278º/1 CRCV).

Se o Tribunal Constitucional se pronunciar pela inconstitucionalidade de norma constante de qualquer Decreto ou Acordo Internacional, deverá o diploma ser vetado pelo Presidente da República ou pelo Ministro, conforme os casos, e devolvido ao órgão que o tiver aprovado (art.º 279º/1 CRCV).

O artigo 12º (CRCV) (Recepção dos tratados e acordos na ordem jurídica interna) e o Projecto n.2/VII/2009 estabelece que:

1. O Direito Internacional geral ou comum faz parte integrante da ordem jurídica cabo-verdiana, enquanto vigorar na ordem jurídica internacional.
2. Os tratados e acordos internacionais, validamente aprovados ou ratificados, vigoram na ordem jurídica cabo-verdiana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado de Cabo Verde.
3. Os actos jurídicos emanados dos órgãos competentes das organizações supranacionais de que Cabo Verde seja parte vigoram directamente na ordem jurídica interna, desde que tal esteja estabelecido nas respectivas convenções constitutivas.
4. As normas e os princípios do Direito Internacional geral ou comum e do Direito Internacional convencional validamente aprovados ou ratificados têm prevalência, após a sua entrada em vigor na ordem jurídica internacional e interna, sobre todos os actos legislativos e normativos internos de valor infraconstitucional.

Denota-se da construção desses conceitos pela doutrina que, inegavelmente, os tratados internacionais consistem na principal fonte de obrigação do Direito Internacional, como "acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes". Podem introduzir novas regras, bem como complementar ou modificar disposições pré-existentes. Levando em consideração os tratados estabelecidos entre Estados – os quais importam a este estudo –, vale esclarecer que eles obrigam apenas aos signatários, uma vez que devem ser expressão de consenso, nunca oriundos de imposição.



Todos os tratados e acordos internacionais são passíveis de fiscalização preventiva da constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, a requerimento do Presidente da República, antes da ratificação, no caso de tratados e antes da assinatura dos correspondentes actos de aprovação, no caso de acordos em forma simplificada. Curiosamente, o art.º 278, nº1 da Constituição só fala em “acordo internacional cujo decreto de aprovação lhe tenha sido remetido para assinatura”, mas não faria sentido, a nenhum título, que acordos internacionais aprovados por meio de resolução da Assembleia não pudessem ser também apreciados nesta sede. A lacuna só pode ser preenchida deste modo.

### 2.3.4 Efeitos dos tratados perante terceiro

Se devidamente celebrado e ratificado, o tratado gera direitos e obrigações para as Partes Contratantes, no plano internacional. Ou seja, a partir da ratificação, o tratado é obrigatório para as Partes. Em alguns países, o seu direito constitucional exige ainda um passo adicional para que os termos do tratado sejam aplicáveis pelos órgãos internos do Estado: a promulgação.

Como regra geral, o tratado não pode aplicar-se a Estados que dele não fazem parte: *pacta tertiis nec nocent nec prosunt*.

O postulado básico quanto aos efeitos dos tratados é o da relatividade: *pacta tertiis nec nocent nec prosunt*. Um tratado não constitui nem direitos, nem deveres para um Estado que não seja parte, a não ser com o seu consentimento (art.º 34.º da Convenção de Viena)<sup>27</sup>. Eis a manifestação de um princípio geral de Direito e ainda uma decorrência do princípio da igualdade soberana dos Estados.

No caso de deveres, é necessário que o terceiro Estado os aceite expressamente e por escrito (art.º 35º). Já no caso de direito, presume-se o consentimento enquanto não haja indicações em contrário, a menos que o tratado disponha diversamente (art.º 36º). Os tratados abertos são, por definição, tratados que conferem direitos a terceiros (o direito de

---

<sup>27</sup> Cfr. PAUL GUGGENHEIM, op. Cit., págs. 197 e segs.; DIEZ DE VALASCO, op. Cit., I, págs. 115 e segs.; SUZANNE BASTID, op. Cit., págs. 143 e segs.; NGUYEN QUOC DINH e outros, op. Cit., págs. 220 e segs.; MARIO GIULIANO e outros op. Cit., págs. 318 e segs.; DOMINIQUE CARREAU, op. Cit., págs 144 e segs.

aderir ou de se tornar parte supervenientemente)<sup>28</sup>. Constituído o dever ou o direito, a sua modificação ou revogação depende, doravante, do consentimento das partes e do terceiro Estado, salvo se se tiver estabelecido ou se se puder concluir diversamente (art.º 37º). Poderá haver então aqui como que um tratado lateral ou acessório<sup>29</sup>.

Problemas diversos do da eficácia perante terceiros são o da oponibilidade dos tratados *erga omnes* ou eficácia externa dos tratados: todos os Estados devem respeitar os tratados concluídos por outros Estados e não interferir na sua execução. Tal resulta de outro não menos axiomático princípio geral de Direito e de um imperativo elementar de segurança nas relações internacionais ou de coexistência pacífica. E atinge extrema acuidade em alguns tratados como os tratados de fronteiras e os relativos a outras situações (e.g. neutralização ou desmilitarização), bem como os que criam novos Estados e organizações internacionais.

Também em plano diferente situam – se dois fenómenos, um consagrado na Convenção de Viena, outro na Carta das Nações Unidas. Em primeiro lugar, independentemente das regras sobre eficácia dos tratados perante terceiros, pode uma norma constante dum tratado tornar – se obrigatória em relação a Estados terceiros como norma consuetudinária (art.º 38º da Convenção de Viena), o que é mais uma superação do voluntarismo<sup>30</sup>. Em segundo lugar, como se sabe, a Carta das Nações Unidas impõe – se aos Estados não membros, quer nas relações com Estados membros da organização (art.º 103º), quer mesmo independentemente dessas relações (art.º 2º, nº. 6).

### 2.3.5 Execução no tempo e no espaço

Quanto à execução no tempo, há tratados que criam uma relação jurídica estática, vinculando as partes de modo definitivo, como os referentes aos limites, à cessão de território, e os que estabelecem uma relação dinâmica, por prazo determinado ou indeterminado, tais como os pertinentes ao comércio.

---

<sup>28</sup> Mais difícil de qualificar é o caso de tratados que encerram a cláusula de “nação mais favorecida” (norma pela qual os Estados contratantes se obrigam, unilateral ou reciprocamente, a conceder os direitos de que se poderia prevalecer o terceiro Estado mais favorecido): cfr. SUZANNE BASTID, op. Cit., págs. 148 e segs., ou DOMINIQUE CARREAU, op. Cit., págs. 148 e segs.

<sup>29</sup> ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, op. Cit., pág. 246.

<sup>30</sup> Cfr. PAUL GUGGENHEIM, op. Cit., pág. 137.

Refere-se o art.º 29 da Convenção de Viena: "Aplicação territorial dos tratados. A menos que uma intenção diferente resulte do tratado ou seja de outro modo estabelecida, um tratado obriga cada uma das partes em relação a todo o seu território".

### **2.3.6 Interpretação**

Por meio da interpretação de um tratado internacional busca-se seu exacto significado, ou seja, o sentido da norma jurídica ainda que contida num texto obscuro, contraditório, incompleto, impreciso ou ambíguo.

A necessidade de interpretação pode ocorrer tanto no plano internacional como no plano interno e é sempre ofertada pelos governos. Os tribunais e os parlamentos não participam das interpretações, não se exprimem quanto a esse aspecto na cena internacional.

Pode a interpretação ocorrer através de um novo acordo de índole interpretativa e em Cabo Verde para esses casos o acordo não fica sujeito a aprovação da Assembleia Nacional.

Muitas vezes a interpretação também chamada de autêntica é unilateral pronunciada não pelo conjunto de pactuantes, mas por um deles que leva a mesma interpretação ao conhecimento da outra, que por sua vez profere a sua.

Denomina-se interpretação jurisdicional aquela que provém de um organismo provido de poder de jurisdição, ainda que *ad hoc*, para exame de um litígio em caso concreto sob a égide do direito internacional. Assim ocorre dos casos de arbitragem ou quando a decisão é submetida a um árbitro individual ou a um tribunal arbitral.

A expressão interpretação judiciária é reservada àquela que promana de corte jurisdição permanente como o caso da Corte de Haia e de outras cortes internacionais, ainda que de âmbito regional, como a extinta Corte de Justiça Centro - Americana, a Corte de Justiça das Comunidades Europeias, e outras.

O Supremo Tribunal, em Cabo Verde, em sua competência originária interpreta tratados de extradição, e em grau de recurso, oferta a melhor interpretação de tratados de execução pública, como as Convenções de Genebra sobre títulos de crédito enquanto que

os juízes federais e o Tribunal Federal de Recursos são também, por competência constitucional, levados constantemente a interpretar tratados.

## **2.4 Tratado em vigor: Efeitos sobre as partes**

O tratado em vigor na órbita internacional e na órbita interna passa a integrar os seus conjuntos normativos e sua estatura é de lei nacional no âmbito interno salvo, se o Estado dispuser de modo diferente.

O Poder Executivo é responsável no campo internacional pela ratificação e no campo interno pela promulgação, ou pela simples publicidade, conforme o tipo de tratado. Essa publicidade é indispensável para que a norma se torne conhecida por todos e se imponha a particulares e à administração. Compete ao Poder Judiciário através do exercício do Poder Jurisdicional exigir o fiel cumprimento das leis nacionais decorrentes dos tratados.

A soberania do Estado constitui um dos princípios basilares do Direito Internacional Público no qual também é de suma importância o acatamento do princípio *pacta sunt servanda*.

O Estado vinculado ao tratado deve cumprir suas obrigações sob a pena de arcar com suas responsabilidades no âmbito internacional. Sobre o tema preceitua a Convenção de Viena no seu:

Art.º 26º "O tratado em vigor obriga às partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé".

Art.º 27º "Uma parte não poderá invocar as disposições do seu direito interno como justificação do incumprimento de um tratado. Esta norma se entenderá sem prejuízo do disposto no artigo 46º".

Portanto, enquanto o Estado não denuncie o tratado, mantêm-se os efeitos da ratificação ou adesão na ordem jurídica internacional.

A própria Carta às Nações Unidas, em seu preâmbulo, exige o respeito às obrigações decorrentes dos tratados e outras fontes do direito internacional.

Trata a Convenção de Viena nos artigos 42º a 72º sobre a nulidade, terminação e suspensão da aplicação dos tratados, destacando-se o seu:

Art.º 46. "1. O facto de que o consentimento do Estado em obrigar-se por um tratado haja sido manifestado com violação de uma disposição de seu direito interno concernente à competência para celebrar tratados não poderá ser alegado pelo Estado como vício de seu consentimento, a menos que essa violação seja manifesta e afecte a uma norma de importância fundamental no seu direito interno.

Uma violação é manifesta se resulta objectivamente evidente para qualquer Estado que proceda na matéria conforme a prática usual e de boa - fé".

Também a Carta da Organização dos Estados Americanos dispõe:

Art.º 3º:

"a) O direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas;

b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel as obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional".

Haroldo Valadão destaca o primado da norma internacional que para ele corresponde à realidade da organização jurídica da humanidade, com fonte original, objectiva e única decorrente ou do renascido direito natural ou da imperiosidade da vida social.

Também Marota Rangel assevera que a superioridade do tratado, em relação às normas do direito interno, é consagrada pela jurisprudência internacional, e se fundamenta na noção de unidade e solidariedade do género humano e deflui, normalmente, de princípios jurídicos fundamentais, tais como *pacta sunt servanda e voluntas civitatis maximae est servanda*.

Esclarece Anzilotti que se o tratado estabelecer normas destinadas a obrigar os Estados contratantes na sua ordem jurídica interna, a sua ratificação importará na integração dessas normas ao direito positivo nacional.

Esta tese é também adoptada por Arnaldo Sussekind que destaca autor não ser pacífica nem na doutrina nem na jurisprudência, mas é indiscutível que há aceitação universal quanto à responsabilidade do Estado na ordem jurídica internacional em decorrência

Qualquer tratado entra em vigor segundo as modalidades e nas datas fixadas pelas suas disposições ou convencionados por acordo dos Estados que tenham participado nas negociações (art.º 24º, n.º 1, da Convenção de Viena). Em geral, nos tratados multilaterais, essa data é, de ordinário, a do depósito dos instrumentos de ratificação que sejam declarados necessários.

Na falta de disposição no tratado ou de tal acordo, o tratado entra em vigor logo que o consentimento a ficar por ele vinculado seja manifestado por todos os Estados que tenham participado na negociação (art.º 24º, n.º 2). Quando o consentimento de um Estado a ficar vinculado por um tratado seja manifestado em data posterior á da sua entrada em vigor, o tratado entra em vigor em relação a esse Estado nessa data, a não ser que disponha diversamente (art.º 24º, n.º 3). As disposições de um tratado relativo à autenticação do texto, à manifestação do consentimento do Estado, às modalidades ou à data da entrada em vigor, às reservas, às funções dos depositários, bem como às demais questões que se suscitem necessariamente antes da entrada em vigor são aplicáveis desde a adopção do texto (art.º 24º, n.º 4).

Em certos casos, admite-se a aplicação de um tratado a título provisório (art.º 25º).

#### **2.4.1 Entrada em Vigor: Sistemas**

A vigência do tratado pode ser *imediata*, *contemporânea* com o acto da ratificação neste caso, ela passa a actuar como norma jurídica no mesmo momento em que se completa o acto jurídico convencional. Entretanto, por razões diversas a vigência pode ser *deferida*. O acto jurídico se consuma, porém deve transcorrer algum tempo antes que a norma jurídica valha, o que se denomina *vacatio legis*.

- ✓ *Vigência contemporânea do consentimento.* Quando se trata de troca de notas, que é o método negocial muito corrente, tão logo terminada a negociação, e havendo o consentimento, ela entra em vigor. O mesmo ocorre com os tratados bilaterais que são lavrados num instrumento único concluídos através dos plenipotenciários, sem a intervenção do Chefe de Estado. Outras vezes depende de consentimento definitivo através da ratificação. Neste caso entra em vigor tão logo ela ocorra.
- ✓ *Vigência deferida.* Nesses casos, ainda que perfeito o vínculo convencional, é necessário que haja um prazo, não só para que se tomem determinadas providências no âmbito interno, como também para que o tratado se torne conhecido no âmbito das acções pactuantes. Assim, a vigência internacional coincidirá com a vigência nacional após a dilação mencionada.

A eficácia jurídica de um tratado com relação a um Estado que ratifica depende de este tratado encontrar-se vigente no âmbito internacional. Importa, conseqüentemente, não confundir a vigência internacional que Plá Rodriguez denominou de vigência objectiva, com a vigência nacional, por ele chamada de vigência subjectiva.

Sobre a matéria, a Convenção de Viena dispõe em seu artigo 24º:

"1. Um tratado entrará em vigor na maneira e na data em que nele se disponha, ou que acordem os Estados negociadores.

2. Na falta de tal disposição ou acordo, o tratado entrará em vigor tão pronto haja certeza do consentimento de todos os Estados negociadores em obrigar-se pelo tratado.

3. Quando o consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado signifique uma data posterior a da entrada em vigor do respectivo tratado, este entrará em vigor com relação a esse Estado na referida data, salvo se o tratado dispuser outra coisa.

4. As disposições de um tratado que regulem a autenticação de seu texto, a certeza do consentimento dos Estados em obrigar-se pelo tratado, a maneira ou a data de sua entrada em vigor, as reservas, as funções do depositário e outras questões que se suscitem necessariamente antes da entrada em vigor do tratado, se aplicarão desde o momento da adopção do seu texto".

Com respeito à vigência das convenções internacionais da OIT quer no âmbito internacional, quer no âmbito a qualquer Estado que a ratifique merece expressa disposição no seu texto. Regra geral as convenções estabelecem vigência internacional após doze meses do registo de duas ratificações da Repartição Internacional do Trabalho.

Excepcionalmente esta vigência internacional poderá subordinar-se a condições especiais quanto ao número de ratificações exigidas, quanto a ratificação por determinados países ou ainda quanto ao prazo da *vacatio legis*.

Todas as convenções Internacionais regularmente ratificados ou aprovados, para vigorarem na ordem interna, têm de ser publicadas (art.º 8º, nº 2 da Constituição), no Boletim Oficial (art.º 122º, nº 1. Alínea b)).

Carecem igualmente de publicação os avisos de ratificação e os restantes avisos respeitantes a convenções internacionais.

#### **2.4.2 Duração**

Há tratados de vigência estática e os tratados de vigência dinâmica. Os primeiros, como os concernentes a aquisição de territórios ou a fixação de limites, devem vigorar perpetuamente. Os de vigência dinâmica, por sua vez, constituem a maioria dos tratados que em seu texto devem dispor a respeito da sua duração. Regra geral os tratados vigoram por tempo indeterminado, mas sempre há a perspectiva da ab-rogação para o conjunto das partes e da denúncia para cada uma das partes.

Nos contratos por prazo determinado de vigência não há possibilidade de ser renunciado, até que chegue seu termo quando, então poderá de modo expresso ou tácito, ser transformado em novo contrato de prazo determinado ou de prazo indeterminado, dependendo da natureza de cada qual.

As Convenções Internacionais do Trabalho obrigam os Estados ratificantes por dez anos e durante este período é vedada a denúncia, a qual só é possível por comunicação escrita da Organização Internacional do Trabalho ao fim deste prazo. Se não houver comunicação, há uma continuidade tácita por mais dez anos e assim de modo indeterminado. Portanto, a cada dez anos, renova-se a oportunidade de denúncia com permanência através do assentimento tácito ou expresso.



### **2.4.3 Ingresso Mediante Adesão**

A adesão é uma forma de consentimento expresse e definitivo de um Estado em relação a um tratado internacional com a mesma natureza jurídica da ratificação. Em princípio, o Estado que adere não negociou o tratado, nem assinou o pacto, mas ante a possibilidade de ingresso decide dele parte através da adesão. Quando se trata de tratado aberto não há prazo para adesão, de vez que esta oportunidade é permanente. A adesão do Estado de Cabo Verde a qualquer tratado ou acordo internacional deve ser previamente aprovada pelo órgão constitucionalmente competente para o efeito (art.º 13º da CRCV).

### **2.4.4 Emendas**

Alguns tratados, como os que soem acontecer nas comunidades europeias, envolvendo reduzido grupo de participantes, para que neles ocorra emenda, é indispensável que haja o assentimento unânime de todos os pactuantes. Isto já não ocorre quando se trata de tratado envolvendo comunidade de maior dimensão como o Pacto das Sociedades das Nações que podia emendar-se pelo voto de 2/3, no mínimo, no total das partes.

Os vencidos que não pactuavam da alteração da emenda deixavam automaticamente de integrar a organização. A Organização dos Estados Americanos, em sua carta, prevê também a emenda pelo voto mínimo de 2/3 das partes, mas é omissa quanto aos Estados dissidentes.

Para atingir o quórum necessário para emenda ela se formaliza através de uma resolução, como é o caso da ONU da Organização Mundial da Saúde, ou através de um instrumento de emenda, como ocorre na Organização Internacional do Trabalho.

Quando as emendas são de grande monta, dá-se o nome de revisão ou reforma. Em Cabo Verde a aprovação de emenda depende também da Assembleia Nacional, que dará seu assentimento através de decreto legislativo.

Após, o Chefe do Governo deverá promulgar a emenda mediante decreto. Portanto, o rito é o mesmo, internamente, do Tratado Internacional.

## **2.5 Modificações dos tratados**

Os termos Modificação, Revisão e Emenda são juridicamente equivalentes.

A necessidade de consentimento unânime vigora como regra, quanto à revisão das Convenções Bilaterais e Multilaterais restritas.

Nas Convenções Multilaterais, podem dar-se dois casos:

- a) Ou as Convenções contêm cláusulas de revisão, que fixam as condições e o processo a seguir na revisão, sendo tais cláusulas de observância imperativa;
- b) Ou tais cláusulas não existem e, então, o acordo que revê a primeira Convenção não necessita de ser aprovado por unanimidade; basta que o seja por maioria.

É no âmbito da Teoria Geral do Direito que tem de ser, antes de mais, consideradas todas as questões atinentes à subsistência ou à modificação de acordo de vontade. Porém, no tocante aos tratados, há ainda a considerar, naturalmente, condições específicas, questões específicas do foro jurídico e, sobretudo, questões específicas que traduzem ou em que se manifestam projecções do foro político ou das relações internacionais.<sup>31</sup>

Não é possível considerar a problemática das modificações dos tratados (ou, como por vezes se diz, da revisão dos tratados), desligada da problemática geral das relações internacionais. Basta recordar questões como a das revisões de tratados de fronteiras ou de tratados sobre a protecção de minorias nacionais ou de tratados de paz, e bem se sabe como foram, por exemplo, problemas respeitantes à revisão do Tratado de Versalhes e de outros tratados subsequentes à primeira guerra mundial que dominaram completamente as relações internacionais na Europa entre 1920 e 1939, ou como, já nessa altura e depois disso, alguns Estados extra – europeus (entre os quais a China) que tinham sido constrangidos, de uma maneira ou de outra, a celebrar determinados tratados com potências europeias, vieram considerar esses tratados injustos ou desiguais e desejar, se não a sua denuncia, pelo menos a sua modificação.

A problemática da revisão dos tratados internacionais esteve, portanto, presente com toda a nitidez, muito antes da Convenção de Viena de 1969. Aliás, o Pacto da Sociedade das Nações tinha um preceito, através do qual se procurava descarregar algumas das tensões políticas suscitadas pelos tratados celebrados em determinadas circunstâncias a

---

<sup>31</sup> Cfr. DIEZ VELASCO, op. Cit., I, págs. 133 e segs.; SUZANNE BASTID, op. Cit., págs. 169 e segs.; J. F. REZEK, op. Cit., págs. 193 e segs.; MARIO GIULIANO e outros, op. Cit., págs. 357 e segs.; DOMINIQUE CARREAU, op. Cit., págs. 151 e segs.

Assembleia podia, de tempos em tempos, convidar os Estados membros a proceder a novo exame dos tratados em vigor (art.º 19º). Mas, depois da segunda guerra mundial, o aparecimento, em número e com importância crescente, de tratados multilaterais, bem como a formação de organizações internacionais levariam a mudanças assinaláveis no modo de equacionar a problemática das modificações dos tratados.

Antes de 1945, de harmonia com as concepções dominantes e com os princípios mais gerais de Direito, qualquer tratado só poderia ser modificado de acordo com a vontade de todos os Estados que o tivessem estipulado. Feito um tratado, ele só poderia ser modificado com o consentimento de todos os Estados partes. Todavia, quando as relações internacionais se tornam cada vez mais multilaterais e quando tendem a institucionalizar – se, exigir o acordo de todas as partes para que este ou aquele tratado multilateral ou um tratado constitutivo de uma organização internacional pudesse ser modificado seria criar uma excessiva rigidez, seria paralisar o desenvolvimento do Direito internacional. Dai, vir a admitir – se a possibilidade de modificação de tratados multilaterais, não por unanimidade, mas por maiorias agravadas, e naturalmente, considerando que os Estados não fazem parte nos tratados de revisão também não estão obrigados às cláusulas decorrentes da revisão<sup>32</sup>.

Em contrapartida, ao mesmo tempo, o Direito internacional actual reitera a fixidez dos tratados relativos a fronteiras internacionais<sup>33</sup>, sendo extremamente raros os tratados modificativos de fronteiras desde a segunda guerra mundial (o que não pode, de resto, desprender-se da complexidade das relações de força entre os blocos até há pouco e da instabilidade dos novos Estados entretanto surgidos). Sente-se, em todos os continentes, que a modificação de fronteiras afectaria o equilíbrio dos Estados e, por isso, se preservam as fronteiras herdadas do período colonial, por mais arbitrárias que sejam. O mesmo se verifica, noutro contexto, na Europa e a recente unificação (ou reunificação) alemã é excepção que confirma a regra.

Outro fenómeno a registar consiste na tendência para, no âmbito das organizações internacionais, se fazerem as modificações dos respectivos tratados institutivos a partir dos respectivos órgãos, em vez de serem conferências entre os Estados, aproveitam-se os

---

<sup>32</sup> Mas há excepções: cfr. *Infra* sobre as emendas à Carta das Nações Unidas.

<sup>33</sup> A alteração de circunstâncias nunca pode ser invocada para modificar um tratado de fronteiras (artigo 62º alínea a) da Convenção de Viena).

órgãos das organizações internacionais para se elaborarem as modificações de tais tratados (sem prejuízo dos processos constitucionais necessários de aprovação e ratificação, se for caso disso).

Ainda um sinal dos tempos no domínio das organizações internacionais é a distinção entre aquilo a que, transpondo para o Direito internacional, expressões do Direito constitucional, pode chamar – se revisão parcial e aquilo que pode designar – se por revisão total de tratados, a distinção entre revisão parcial, ou emendas, e revisão total ou modificação. É o que se observa na Carta das Nações Unidas, enquanto que, a revisão parcial (art.º 108º) pode ser feita a partir da Assembleia Geral, com a participação do Conselho de Segurança (e com os votos positivos dos membros permanentes deste), a revisão total (art.º 109º) tem de se realizar a partir de uma conferência geral dos membros da Organização. A Convenção de Viena de 1969 dedica uma parte, a parte IV, à revisão e à modificação dos tratados (artigos 39º, 40º e 41º). Aqui se contrapõem os tratados em geral e os tratados multilaterais. O princípio básico é o da necessidade de acordo das partes (art.º 39º). Mas, quanto aos tratados multilaterais, prevêm – se acordos de modificação que apenas vincularão algumas das partes.

Alguns tratados, como os que soem acontecer nas comunidades europeias, envolvendo reduzido grupo de participantes, para que neles ocorra emenda, é indispensável que haja o assentimento unânime de todos os pactuantes. Isto já não ocorre quando se trata de tratado envolvendo comunidade de maior dimensão como o Pacto das Sociedades das Nações que podia emendar-se pelo voto de 2/3, no mínimo, no total das partes.

Os vencidos que não pactuavam da alteração da emenda deixavam automaticamente de integrar a organização. A Organização dos Estados Americanos, em sua carta, prevê também a emenda pelo voto mínimo de 2/3 das partes, mas é omissa quanto aos Estados dissidentes.

Para atingir o quórum necessário para emenda ela se formaliza através de uma resolução, como é o caso da ONU da Organização Mundial da Saúde, ou através de um instrumento de emenda, como ocorre na Organização Internacional do Trabalho.

Quando as emendas são de grande monta, dá-se o nome de revisão ou reforma. Em Cabo Verde a aprovação de emenda depende também da Assembleia Nacional, que dará seu

assentimento através de decreto legislativo. Após, o Chefe do Governo deverá promulgar a emenda mediante decreto. Portanto, o rito é o mesmo, internamente, do Tratado Internacional.

## **2.6. Estrutura do Tratado**

O tratado divide-se em duas partes o preâmbulo e a parte expositiva. Eventualmente pode haver a complementação por anexos. Constan do preâmbulo a qualificação dos pactuantes e a indicação dos motivos, circunstâncias e pressupostos do ato convencional. Constitui o dispositivo a parte fulcral do tratado e é redigido em linguagem jurídica, o que não ocorre necessariamente no preâmbulo e nos anexos. Regra geral, a redacção é feita sob a forma de normas ordenadas, com artigos ou cláusulas.

Os anexos muitas vezes são formados de equações, fórmulas económico - numéricas, gráficos e ilustrações. Entretanto, apesar de deslocados para a parte final do tratado, dele fazem parte.

### **2.6.1 Produção do Tratado: Representatividade**

Os Estados soberanos e as organizações internacionais têm capacidade para negociar e firmar tratados. Importa analisar a representatividade externa ou a habilitação para negociar, matéria regida pelo Direito Internacional Público, em particular pela Convenção de Viena.

Os agentes externos dos Estados são:

- a) Chefes de Estado e de Governo, nas repúblicas presidencialistas e nas monarquias clássicas a chefia de Estado e de governo se confundem na mesma pessoa, que tem competência para representação externa. Já nos Estados sob regime parlamentarista, os chefes de Estado não governam, mas encarnam a soberania estatal no cenário internacional. A Convenção de Viena atribui idêntica representatividade ao chefe de governo.
- b) Plenipotenciários, possuem, também, essa representatividade ampla, os ministros das Relações Exteriores, em qualquer sistema governamental. Dos chefes de missão diplomática, embaixador ou encarregado de negócios, também não se exige carta de

plenos poderes para a negociação de tratados bilaterais entre o Estado acreditante, sede da representação, e o acreditado ou de origem. Outros diplomatas ou servidores públicos podem ser credenciados pela carta de plenos poderes.

c) Delegações Nacionais. Seu chefe detém a carta de plenos poderes e os demais integrantes do grupo, os delegados, suplentes, ou assessores, têm por missão dar-lhe apoio. Em se tratando das organizações internacionais, o secretário-geral ou o funcionário chefe do quadro administrativo da organização, por delegação da assembleia geral, conclui seus tratados.

### 2.6.2 Conflito entre Tratados.

Ocorre às vezes que há conflito entre normas de origem diferente, quando se busca saber da identidade ou da superioridade da fonte de produção dos tratados. Sob esse enfoque importa saber se há identidade da fonte de produção ou diversidade quanto à mesma. Em havendo identidade prevalece a norma posterior sobre a anterior. Assim como ocorre em qualquer lei ordinária, a lei posterior revoga a anterior de modo expreso ou tácito.

São aplicáveis dois princípios além do mencionado *lex posterior derogat priori* também se aplica o princípio *lex specialis derogat generali*, já que independentemente da ordem cronológica, podem as partes pretender excepcionar certos dispositivos através de uma norma peculiar. Ocorrendo diversidade da fonte de produção normativa, importa sempre ancorar-se na regra *pacta sunt servanda*.

A Carta das Nações Unidas em seu artigo 103º determina:

- "*No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta*".

Em direito internacional público não há qualquer norma positiva que assegure o primado no direito das gentes sobre o direito nacional do Estado soberano.

No exercício de sua soberania que é o poder incontestável que tem o Estado de fixar sua própria competência, ele determina a estatura da norma jurídica convencional. Em caso

de concorrência ou conflito entre tratados internacionais e leis internas de estatura infraconstitucional, a solução tem variado de acordo com as disposições constitucionais de cada Estado contratante.

Em alguns prevalecem os tratados, enquanto que nos demais como Cabo Verde garantem apenas um tratamento de igualdade entre as leis nacionais e os diplomas que tiveram seu momento internacional antes da aprovação pela Assembleia. Também nos Estados Unidos da América do Norte, existe paridade entre o tratado e a lei nacional, pois se considera o tratado como parte da lei suprema da nação, em igualdade com as leis federais votadas pelo Congresso e sancionadas pelo Presidente da República.

## **2.7 Cessação da Vigência dos tratados**

Deve-se distinguir quando a extinção dos tratados ocorre pela vontade comum das partes ou de modo unilateral. A abrogação pela vontade comum pode existir sempre que haja manifestação expressa das partes, nas seguintes condições:

- Cessação por mútuo acordo:
- ★ Predeterminação ab-rogatória, sempre que um tratado contiver um termo final de vigência, indicará uma forma predeterminada de abrogação. Ainda que o tratado não contenha cláusula a respeito da ab - rogação, é óbvio que, em se tratando de pacto bilateral, a vontade uniforme de ambas as partes sempre poderá desfazê-lo (art.º 54º, alínea b));
- Cessação por decurso do tempo (pôr termo final):
- ★ Decisão ab-rogatória superveniente, já em sendo o tratado multilateral, portanto colectivo o compromisso, é menos comum a sua ab-rogação por vontade unânime das partes. Mas se esta ocorrer, não dependerá a ab-rogação de qualquer previsão contratual (art.º 61º).
- Cessação por caducidade:
- ★ Impossibilidade superveniente de execução (art.º 61º);
- ★ Alteração fundamental de circunstâncias ou cláusula rebus sic stantibus (art.º 62º).

A cessação de vigência dos tratados ou acordos internacionais por acordo, denúncia ou recesso, renúncia ou qualquer outra forma permitida internacionalmente, com exceção da caducidade, seguirá o processo previsto para a sua aprovação isto nos termos do artigo 13º da CRCV.

Pode ainda formar – se costume contrário, seja costume derogatório, seja mero desuso, mas o costume não parece que possa determinar a cessação total da vigência de um tratado, apenas a sua cessação parcial. A estas causas acrescem, quando estejam em causa, tratados bilaterais:

- Execução do tratado;
- Denúncia (art.º 56º);
- Inexecução do tratado por uma das partes ou *exceptio non adimpleti contractus*.

A denúncia tem de estar prevista no próprio tratado. Senão estiver, só será lícita quando se tiver estabelecido terem as partes admitido a sua possibilidade ou o direito de denunciar puder ser deduzido da natureza do tratado (art.º 56º nº 1 da Convenção de Viena). A intenção de proceder à denúncia deve ser notificada com doze (12) meses de antecedência (art.º 56º nº 2).

A Convenção de Viena considera nulo o tratado que esteja em oposição a uma norma imperativa de direito internacional geral conforme consta em seus artigos:

Art.º 53º. *"É nulo, todo tratado que, no momento de sua celebração, esteja em oposição com a norma imperativa de direito internacional geral. Para os efeitos da presente convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral, é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional de Estados em seu conjunto como norma que não admite acordo em contrário e só pode ser modificada por uma norma posterior de direito internacional geral que tenha o mesmo carácter".*

Art.º 64º *"Se surge uma nova, norma imperativa de direito internacional geral, todo o tratado existente que esteja em oposição com esta norma se converterá em nulo e terminará".*

Os princípios da *lex prior* e da *lex posterior* têm aplicação limitada no campo do direito internacional no que diz respeito à solução dos conflitos. Segundo o princípio da *lex*



*prior*, deve-se manter a lei anterior quando esta tiver superioridade hierárquica. Segundo o princípio da *lex posterior*, esta deverá prevalecer se tem por objectivo substituir o tratado precedente.

Também encontra muita restrição no campo do Direito Internacional Público o princípio da *lex specialis derogat general*. Esse princípio, segundo Anzilotti, tem aplicação também limitada pois a norma do direito particular prevalece sobre a norma geral, e, por conseguinte, a convenção entre dois Estados prevalece sobre o tratado colectivo, e este, por sua vez, sobre o direito consuetudinário.

O art.º 59º da Convenção de Viena dispõe-se sobre a terminação ou a suspensão de um tratado como consequência implícita da celebração de um tratado posterior sobre idêntica matéria.

Expresso o texto do art.º 59º:

"1. Considerar-se-á que um tratado terminou se todas as partes celebraram posteriormente um tratado sobre a mesma matéria e:

a) Se infira do tratado posterior ou conste de outro modo que foi intenção das partes que a matéria se regule por esse tratado; ou

b) As disposições do tratado posterior são de tal maneira incompatíveis com as do tratado anterior, que os dois tratados não podem ser aplicados simultaneamente.

Considerar-se-á que a aplicação do tratado anterior ficou apenas suspensa se se infere do tratado posterior ou conste de outro modo que essa foi intenção das partes".

Tratando - se de Direito do Trabalho e da Segurança Social, importa destacar a lição de Valticos, segundo a qual se admite que uma norma internacional em matéria de trabalho só constitui um mínimo em relação às leis nacionais, e que estas podem superar os termos da convenção na matéria, também teremos de admitir o mesmo princípio nas relações das normas de trabalho, entre elas. Portanto não haverá incompatibilidade entre dois textos internacionais, um dos quais preveja maior protecção do que o outro.

Aplicação da norma mais avançada não seria incompatível com a norma menos avançada.

A cessação da vigência dos tratados pode ser sujeita a várias vicissitudes, algumas das quais foram analisadas por Silva Cunha. Ocupar – nos – emos apenas da cessação da vigência, que pode dar – se fundamentalmente *ou por acordo entre as partes, ou por vontade unilateral de uma delas, ou por circunstâncias exteriores à vontade das partes*.

*a) Cessação da vigência por acordo entre as partes*

A cessação da vigência dá – se por acordo quando resulta do consentimento de todas as partes. Está, como tal, prevista na Convenção de Viena, no art.º 54º, alínea b). Traduz – se na ab – rogação do tratado, ou seja, na prática de um *actus contrarius*, isto é, na celebração de um novo tratado que põe termo ao primeiro. A ab – rogação pode ser tácita, se as partes celebram um novo tratado que regula a mesma matéria por forma incompatível com o primeiro. Ela encontra – se previsto no art.º 59º da Convenção de Viena.

Também resulta da vontade das partes a extinção do tratado pelo termo final, quando o tratado é concluído por período de tempo fixo, ou pela realização da condição resolutiva. Por outro lado, nos tratados – contratos, a execução da obrigação convencional pode, se esse era o único objecto do tratado, marcar a sua extinção. E ainda é reconduzível, segundo os voluntaristas, à vontade das partes, a cessação da vigência do tratado por desuso, ou seja, a formação de um costume em sentido contrário. Quando não se partir de postulados voluntaristas integrar – se – á o desuso nas formas de cessação de vigência dos tratados por circunstâncias exteriores à vontade das partes.

*b) Cessação da vigência por vontade unilateral de uma das partes*

Em rigor seria ainda reconduzível a acordo das partes a extinção do tratado por denúncia. Mas é verdade que ela exige a intervenção posterior e individual da vontade do Estado denunciante, que declara não querer continuar vinculado às disposições do tratado. Dizemos que seria reconduzível à vontade das partes, porque a denúncia só é lícita quando for prevista pelo próprio tratado, que geralmente a submete a um prazo de pré – aviso. A denúncia não prevista pelo tratado não opera a cessação da vigência deste e, sendo acto ilícito, acarreta a responsabilidade do Estado no plano internacional.

Segundo o art.º 56º da CV, um tratado que não contenha disposições relativas à sua extinção, e não preveja que as partes possam denunciá – lo, não é susceptível de denúncia

ou de recesso, salvo o caso em que esteja estabelecido terem as partes admitido a possibilidade de uma denúncia ou de um recesso ou se essa possibilidade resultar da própria natureza do tratado. Nesse caso, as partes devem notificar, com pelo menos doze meses de antecedência, a sua intenção de proceder à denúncia ou ao recesso do tratado.

A tendência actual, reflectida pela referência do artigo 56º à “natureza do tratado”, que não constava do Projecto da C.D.I, é a de admitir uma maior flexibilidade na denúncia dos tratados, mesmo que estes não contenham cláusula alguma para o efeito, desde que se comprove que a intenção das partes é a de aceitar a denúncia, como, por exemplo, quanto aos tratados transmitidos por via da sucessão de Estados e aos tratados comerciais. Todavia, a doutrina tem defendido a necessidade de grande prudência na aplicação das duas alíneas do artigo 56.º nº 1, CV, a) e b) particularmente, que aliás, como se disse, não constava do projecto da C.D.I, e que foi aditada à CV por 26 votos a favor, 25 contra e 37 abstenções, o que, só por si, mostra que ela está longe o consenso dos Estados.

E, em qualquer caso, continua a ser pacífico que há tratados que são insusceptíveis de denúncia, pelo menos da denúncia *ad nutum*, pela sua própria natureza, é o caso, segundo a doutrina dominante, dos tratados de integração e, concretamente, dos tratados que criam as Comunidades Europeias e os modificam. Mas a denúncia pode não acarretar a extinção do tratado, se se tratar de tratado multilateral, que só deixa de vigorar quanto à parte denunciante. Toma então o nome técnico de recesso. O art.º 60º CV, embora em condições bastantes limitativas, admite ainda, no caso de violação do tratado por uma das partes, que qualquer outra invoque a *exceptio non adimpleti contractus*.

*c) Cessação da vigência por circunstâncias exteriores à vontade das partes*

Finalmente, o tratado pode extinguir – se por circunstâncias exteriores à vontade dos Estados contratantes é, antes de mais, o que, nem sempre com rigor, a doutrina tem exprimido como sendo o problema da caducidade dos tratados. É que, como vamos ver, nem sempre estamos perante o conceito de caducidade tal como a Teoria Geral do Direito o elaborou. São quatro as fontes de caducidade dos tratados:

- 1) Em primeiro lugar, o tratado pode caducar por desaparecimento ou alteração territorial de um dos Estados contratantes. Nos tratados bilaterais o desaparecimento do Estado produz a caducidade do tratado, salvo se as

obrigações convencionais passarem para o Estado no qual o primeiro incorpora, é o problema extremamente complexo da sucessão de Estados, a que faremos referência na parte seguinte.

- 2) Em segundo lugar, a CV, no seu artigo 61º, prevê a caducidade do tratado por impossibilidade superveniente do seu cumprimento, embora não permita a sua invocação pela parte que for causadora, ilicitamente, dessa impossibilidade. Este problema prende – se com a debatidíssima questão da chamada cláusula *rebus sic stantibus*. Devido à sua complexidade e à sua importância no relacionamento internacional dos nossos dias examina – la – emos logo de seguida, em número separado.
- 3) Em terceiro lugar, e dentro da concepção clássica, também a guerra determina a caducidade dos tratados bilaterais entre beligerantes, excepção dos tratados que expressamente prevejam a sua vigência em tempo de guerra, ou daqueles que criem situações territoriais objectivas, por exemplo, a delimitação de fronteiras. Quanto aos tratados multilaterais, continuam a vigorar, mas essa vigência é suspensão entre as partes beligerantes pelo tempo do conflito, e renasce, portanto, automaticamente no termo deste. É esta ainda hoje a posição dominante na doutrina francesa. Porém, a maioria da restante da doutrina tende a considerar a guerra como facto que se move fora dos quadros do Direito Internacional, e que, por isso, não provoca quaisquer efeitos jurídicos, inclusive a caducidade dos tratados. Na preparação da CV, a C.D.I. entendeu ignorar o problema no contexto do Direito dos Tratados porque foi da opinião de que o que estava em causa era o exame dos efeitos das disposições da Carta das Nações Unidas relativas à ameaça ou ao uso da força sobre a legitimidade do recurso às hostilidades. Consequentemente, o artigo 63.º CV limitou – se a prever a ruptura das relações diplomáticas, estabelecendo que, em princípio, a ruptura das relações diplomáticas entre as partes de um tratado não produz efeitos nas relações jurídicas criadas entre elas pelo tratado. No artigo 75.º CV prevê que “as disposições da presente Convenção não afectam as obrigações que possam resultar em virtude de um tratado, para um Estado agressor, de medidas tomadas de acordo com a Carta das Nações Unidas a respeito da agressão cometida por esse Estado”. Nele não se define qualquer conceito de Guerra, mas deixa – se claro que a abertura de hostilidade é irrelevante para as relações contratuais.

- 4) Finalmente, e em quarto lugar, o tratado pode caducar também por desuso. A cessação da vigência dos tratados por circunstâncias à vontade das partes pode dar – se, em certos casos, não para todas mas só para algumas cláusulas, quando estas forem separáveis, em aplicação do princípio *utile per inutile non vitiatur*, acolhido pelo artigo 44.º CV. A teoria dos tratados também conhece, assim, a figura da redução.

## 2.8 Validade e invalidades dos tratados na Convenção de Viena

A principal linha de força do actual Direito dos tratados, no domínio da validade e da invalidade, é a salvaguarda, tanto quanto possível, da subsistência dos tratados. Daí quatro regras básicas:

- ✓ A validade de um tratado ou do consentimento de um Estado a ficar vinculado por um tratado só pode ser contestada por aplicação da Convenção de Viena (art.º 41º, nº1), ao passo que a extinção, a denúncia ou o recesso podem dar – se também de harmonia com a disposição do próprio tratado (art.º 42º, nº2).
- ✓ A nulidade de um tratado (bem como a sua extinção, a sua denúncia, o recesso de uma das partes ou a sua suspensão), contanto que decorra da aplicação da Convenção ou da disposição de um tratado, não afecta o dever do Estado de cumprir todas as obrigações constantes do tratado às quais está adstrito em virtude do Direito internacional independentemente do tratado (art.º 43º). Em princípio, uma causa de nulidade de um tratado (bem como de extinção, de recesso ou de suspensão de aplicação) somente pode ser invocada em relação ao conjunto do tratado (art.º 44º, nº2)<sup>34</sup>.
- ✓ Um Estado não pode alegar uma causa de nulidade de um tratado (ou motivo para lhe pôr fim ou para dele deixar de ser parte ou para suspender a sua aplicação) quando depois de haver tomado conhecimento dos factos, esse Estado tiver aceite expressamente considerar que o tratado era válido ou quando, em razão do seu comportamento, dever considerar – se como tendo aceite a validade do tratado (art.º 45º).

---

<sup>34</sup> Todavia, se a causa em questão apenas visar certas cláusulas, só relativamente a elas poderá ser invocada: a) quando elas forem separáveis do resto do tratado no respeitante à sua execução; b) quando resultar do tratado ou quando for, por outra forma, estabelecido que a aceitação das referidas cláusulas não tiver constituído para a outra ou para as outras partes no tratado uma base essencial do seu consentimento a estar vinculados pelo tratado no seu conjunto; c) quando não for injusto continuar a executar o que subsistir do tratado (artigo 44.º, nº3).

A primeira regra flui da função conformadora da Convenção de Viena. A segunda é uma regra de coordenação do Direito internacional convencional e do Direito internacional comum. A terceira regra de invisibilidade, não obstante se admitir a redução. A quarta regra assenta na ideia de origem inglesa de ESTOPPEL (uma parte que aceita um facto não pode alegar a sua invalidade).

O regime da invalidade dos tratados assenta na distinção entre violação de regras internas de competência, vícios de consentimento ou na formação da vontade interna e desconformidade material. Já aludimos ao problema da violação das regras de distribuição de competência pelo órgão do Estado, vulgarmente dito problema das ratificações imperfeitas (art.º 46º). Cabe, pois, agora aludir apenas aos vícios de consentimento (erro, dolo, corrupção, coacção), sendo certo que a oposição entre eles e a preterição do *Jus cogens* deve ser relativizada, pois a sua relevância não se destina só a proteger este ou aquele Estado (como sucede, de certo modo, com as ratificações imperfeitas), ela tem vista também a garantia da ordem internacional no seu conjunto, tem também um sentido objectivista.

## 2.9 Denúncia

A denúncia é o acto unilateral pelo qual uma Parte Contratante manifesta a sua vontade de deixar de ser Parte no tratado, isto é, a vontade unilateral se manifesta através da denúncia que o Estado exterioriza de não mais continuar pactuante em um certo acordo internacional.

A rigor, a denúncia pode não extinguir o tratado, pois a saída de apenas uma Parte não afecta um tratado que tenha, originalmente, mais de duas Partes. Já a denúncia a um tratado bilateral necessariamente o extingue.

Caso um tratado contenha disposições processuais acerca da denúncia, basta à Parte Contratante segui-las para desobrigar-se do texto convencional. Mesmo que o tratado nada diga a respeito, é lícito à Parte denunciá-lo, cabendo discutir apenas se existiria um prazo (pré-aviso ou *notice* em inglês) entre a denúncia e os seus efeitos (a desvinculação, para a Parte, dos efeitos jurídicos do tratado). Se o próprio tratado não contiver regra sobre o pré-aviso, vale a da CVDT (doze meses entre a denúncia e seu efeito), neste caso, se a Parte que denuncia não é membro da CVDT, a denúncia tem efeito imediato.

Não é lícito denunciar um tratado que contenha cláusula temporal (que proíbe a denúncia por certo período de tempo) nem o que fixa fronteiras e limites entre Estados (o que alguns juristas chamam de "situações jurídicas estáticas").

É óbvio que em se tratando de tratados de vigência estática, há plena incompatibilidade com a denúncia, assim como por exemplo os que dizem respeito à fixação de fronteiras ou aquisição de territórios.

Há tratados internacionais que permitem a retirada unilateral do pactuante a qualquer momento desde que este dê formalmente um pré-aviso, o que significa que a denúncia é imediata mas que só se desobrigará do pactuado após o decurso do prazo previsto do respectivo aviso.

Antes da Convenção de Viena que trata dos direitos dos tratados e ainda hoje para os Estados não submetidos a mesma convenção, sempre que houver silêncio a respeito da denúncia, essa se torna efectiva desde o momento do aviso independente, de qualquer prazo. Consubstancia-se a denúncia num instrumento escrito, notificação ou carta.

Nos contratos bilaterais a mensagem do governo denunciante deve ser encaminhada ao governo co - pactuante. Em tratado multilateral, como ocorre com as convenções da OIT, a carta de denúncia deve ser destinada ao depositário que se incumbirá de fazer cientes as demais partes.

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados preceitua no Art.º 56º diz que:

"1. O tratado que não contenha disposições sobre sua terminação, nem preveja a denúncia ou retirada do mesmo não poderá ser objecto de denúncia ou de retirada, a menos:

a) Que conste ter sido intenção das partes admitida a possibilidade de denúncia ou de retirada; ou

b) Que o direito de denúncia ou de retirada possa inferir-se na natureza do tratado.

2. Uma parte deverá notificar com doze meses de antecedência sua intenção de denunciar um tratado ou de retirar-se dele, conforme o § 1º.

As convenções da OIT adoptam regras claras a respeito da denúncia devendo cada qual possuir um artigo em que indique as condições, nas quais os Estados que a ratificaram poderão denunciá-la posteriormente.

Após a Convenção de Havana de 1928, geralmente se autoriza essa retractação a intervalo de dez anos a partir da data em que a convenção entrou pela primeira vez em vigor.

Ocorre a denúncia tácita quando houver a ratificação de instrumento de revisão de uma convenção que fora anteriormente ratificada. Discute-se sobre a renúncia, se o governo pode efectivá-la sem a consulta a Assembleia Nacional.

Arnaldo Sussekind entende que, se o diploma internacional prevê a denúncia por parte do Estado que a ratificou, a sua aprovação pela Assembleia Nacional ou Parlamento não importou em autorizar o governo a denunciá-la se e quando lhe aprouver. O Governo e o Estado são entidades que não se confundem. Portanto, é necessário para a denúncia que haja expressa autorização da Assembleia.

Em Cabo Verde, o Tratado Internacional em vigor no âmbito internacional, após a ratificação, passa a integrar a legislação nacional e inicia sua vigência revogando ou modificando leis que dispuserem em contrário. Assim, entende – se que a Assembleia Nacional não necessita autorizar a renúncia de um tratado.

### **2.9.1 Os Tratados e nosso Direito Constitucional**

Os governantes são presumidamente habilitados à assunção de compromissos internacionais, em consequência da ratificação, após obter a autorização do seu poder legislativo, num momento interno da convenção ou do tratado, segundo o direito interno de cada país.

A constituição de Cabo Verde dispõe, a respeito da matéria, que compete ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e actos internacionais sujeitos a referendo da Assembleia Nacional. O art.º 49º da Carta Magna, em seu inciso I, dispõe que é da competência exclusiva da Assembleia Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou actos internacionais que acarretem encargos ou compromisso gravosos ao património nacional.



No momento interno de elaboração dos tratados e convenções, após, discutido e aprovado o texto pela assembleia Nacional, é necessária a expedição de um decreto legislativo promulgado pelo Presidente e publicado no Boletim Oficial.

A seguir, o Poder Legislativo expedirá o decreto de promulgação com o qual torna público que o tratado foi ratificado, regista quando entrará em vigor para Cabo Verde e determina que suas disposições sejam respeitadas por todo o território nacional.

O Decreto Legislativo, expedido pela Assembleia Nacional, resolve definitivamente os tratados, convenções e actos internacionais no exercício da sua competência exclusiva e portanto não sobe à sanção do Presidente da República, que não poderá propor qualquer veto.

## **Conclusão**

Esta exposição objectivou demonstrar o relevante papel que o tratado representa para as relações internacionais, buscando, para tanto, definir sua origem e finalidade, e apresentando a complexidade da matéria que compreende os tratados internacionais, tendo em vista que os actores envolvidos vislumbram quase sempre a satisfação dos seus interesses particulares. Porém, a lógica desenvolvida nesse relacionamento nem sempre atende plenamente aos objectivos de cada nação.

Para tanto, se busca nos instrumentos utilizados para consecução das diversas negociações entre as nações, aquele que mais se adequar ao que está sendo pactuado, mas isso depende, exclusivamente, do grau de relevância da matéria em comento, podendo utilizar-se de um ou de outro instrumento normativo, dentre os quais destaca-se em importância o tratado.

Portanto, a razão pela qual o tratado é o instrumento utilizado para concretizar negociações de grande importância está na sua historicidade e nos actos complexos incorporados ao seu organismo, o que sugere maior segurança às negociações e contribui, reconhecidamente, para ser um instituto forte capaz de regulamentar situações de difícil consenso.

Dessa característica percebe-se que derivam os elementos conflitantes do tratado, uma vez que ele encerra acordos de natureza internacional quase sempre complexos e suscita a atenção de todos quantos por ele se sintam envolvidos, seja no plano externo ou no interno.

Verificamos que qualquer Estado pode iniciar negociações com outro ou vários Estados para se chegar a um Tratado Internacional. Este direito decorre do facto que os Estados são legisladores, e apenas obedecer às regras que os criam. O tema abordado apresenta ainda grande discussão doutrinária e jurisprudencial no que diz respeito a hierarquia dos Tratados Internacionais e a legislação, havendo a necessidade urgente de ampliar os conhecimentos tanto de alunos, juristas, magistrados e diplomatas sobre as normas de tratados internacionais e a importância de sua efectiva aplicação no nosso ordenamento jurídico.

Em Cabo Verde, assim como nos demais Estados democráticos, a política internacional é conferida ao Poder Executivo e Legislativo, que apesar de ter seus limites definidos constitucionalmente, por vezes torna-se necessário o monitoramento do legislativo e do

judiciário, principalmente quando sectores domésticos podem ser atingidos por determinadas negociações. O legislativo socorre os interesses da nação, consequentemente do povo, já o judiciário exerce seu papel de guardião da Constituição e das normas internas.

Com isso, e verificando tudo o que foi dito sobre o tratado, conclui-se com a afirmação de Celso de Albuquerque Mello (2001, p. 200), quando este diz “Os tratados são considerados actualmente a fonte mais importante do Direito Internacional não só devido à sua multiplicidade, mas também porque geralmente as matérias mais importantes são regulamentadas por eles.”

## **Bibliografia**

[www.senado.gov.br/sf/.../UL\\_TF\\_DL\\_2004\\_CELSOMENEZES.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/.../UL_TF_DL_2004_CELSOMENEZES.pdf)

[http://octalberto.no.sapo.pt/as\\_convencoes\\_internacionais.htm](http://octalberto.no.sapo.pt/as_convencoes_internacionais.htm)

Carta das Nações Unidas, 1945.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948.

Convenção de Havana, de 1928.

Convenção de Viena, de 1969.

Documentos oficiales - Conferência de las Naciones Unidas sobre el Derecho de los Tratados, Nova Iorque, 1971.

Barbagelata, Hector Hugo "Revista Derecho Laboral", Montevideo, tomo X.

Kelsen, Hans "Principles of International Law", Nova York, Rinehart, 1952.

Kelsen, Hans, "La Theorie juridique de la Convention" Arch. Ph (1940), vol. 10.

La Guardia, Ernesto "El Derecho de los Tratados y la Convencion de Viena de 1969", Buenos Aires, 1970.

"Las Normas Internacionales del Trabajo" Ginebra, OIT, 1978.

Maximiliano, Carlos "Comentários à Constituição de 1946", Rio, 1948, vol. II.

Miranda, Pontes de "Comentários à Constituição de 1967", Rio, 2ª ed., 1970, vol. III.

Nascimento e Silva, Geraldo Eulálio, "Dos Conflitos dos Tratados, in Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Rio, 1971.

Pacto da Liga das Nações, 1919.

Rangel, Vicente Marotta. "Os Conflitos entre o Direito Interno e os Tratados Internacionais"; BSBDI (1967) vol. 45/46.

Reuter, Paul, "Introduction au Droit des Traités". Paris, Armand Colim, 1972.

Rezek, José Francisco, "Direito Internacional Público". São Paulo, Ed. Saraiva, 1989.

Rodriguez, Plá "Los Convênios Internacionales del Trabajo", Montevideo, 1965.

Rousseau, Charles, "Droit International Public". Paris, Sirey, 1983.

Silva, G. S. Nascimento e, "A referenda pelo Congresso Nacional dos Tratados Internacionais". Dir. (1947) vol. 46.

Sussekind, Arnaldo "Instituições de Direito do Trabalho", Rio, 11ª ed., 1991, vol. II

Sussekind, Arnaldo, "Direito Internacional do Trabalho". São Paulo, LTr, 1.989 2a. Ed.

Valladão, Haroldo "Direito Internacional Privado", Rio, vol. I 5ª ed., 1980.

Valladão, Haroldo Anteprojecto de Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas.

Valticos, Nicolas "L'OIT et les Droits de L'homme", in "Revue des droits de l'homme", Paris, 1971, vol. IV.

Valticos, Nicolas "Derecho Internacional del Trabajo", Madrid, 1977, pág. 496).

Verdros, Alfred, "Derecho Internacional Público". Trad. de A. Truyol y Serra, Madrid, Aguilar, 1969.